7ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA N.º 07/2022

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2022

--------Ao vigésimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte dois, pelas vinte e horas, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. ----------

--------Às 21h16min, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: ----------

PRESENTES:----------

MEMBROS ELEITOS:----------

- -- Leonel Domingos Reis Vieira da Silva;----------
- -- José Bernardino Pinto Nogueira; ----------
- -- **Antero de Sousa Correia**, em substituição de João C. Pinto Correia;--
- -- Eduarda Filipa Pereira Ferreira; ----------
- -- Sandra Maria Leonor Pereira da Silva; ----------
- -- João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca; ----------
- -- Rúben João Pinto Bessa; ----------
- -- Joaquim José Correia Bessa;----------
- -- Maria José Pacheco Meireles Magalhães;----------
- -- Pedro Miguel Amaral Silva;----------
- -- Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira;----------
- -- Vítor Carlos Almeida da Silva; ----------
- -- Ana Cristina Leal Moreira; ----------
- -- Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes; ----------
- -- Pedro Filipe Teixeira de Faria;----------
- -- Paulo Alexandre Pedro de Magalhães; ----------
- -- Carlos Manuel Cunha Moreira; ----------
- -- Joana Sofia Pacheco Nogueira;----------
- -- Maria de Lurdes Oliveira e Castro. ----------

OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PRESENTES NA SESSÃO:----------

- -- Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda; ----------
- -- Luís Daniel Fernandes Peixoto, freguesia de Caide de Rei;----------
- -- **Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro**, como representante legal de Armando Jorge da Mota Moreira, freguesia de Lodares;----------
- -- Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira;----------
- -- Nuno Daniel de Sousa Ferreira, freguesia de Meinedo;----------
- -- Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde;----------
- -- Diogo Agostinho Carvalho Aires, freguesia de Sousela; ----------
- -- Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno;

- -- António Fernando Morais da Silva, freguesia de Vilar Torno e Alentém
- -- Eduardo António Sousa e Castro Taveira, freguesia da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida);-
- --**Dora Manuela Moreira da Rocha Santos**, como representante legal, de Eduardo Augusto Vilar Barbosa, União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem; ----------
- -- João Fernando Pinto de Magalhães, União das Freguesias de Figueiras e Covas;----------

------ Verificou-se estarem presentes **31 Membros Municipais**, bem como a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores Vereadores Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro; Maria do Céu Vieira da Rocha; Carlos Manuel Soares Nunes; Nelson Ângelo Coelho Oliveira e António Augusto dos Reis Silva. ----

--------Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, declarou aberta a Sessão. ----------

---------- **PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**----------

A senhora Presidente da Assembleia Municipal começou por informar os membros municipais presentes dos seguintes assuntos: ----------

- No ponto 6 da Ordem do Dia desta Assembleia Municipal tem um lapso na sua designação: Onde consta " (...) à união de Freguesias do Torno (...) "Deve constar " (...) à Junta de Freguesia do Torno (...)"
- O ponto 3 da Orem do Dia desta Assembleia Municipal: "Constituição de Associação de Direito Privado – Douro, Tâmega e Sousa, Invest. – Adesão." - (Retirado pelo proponente uma vez que vão ser alterados alguns pressupostos da mesmo). ----------
- Substituições (nos termos da Lei e do Regimento): ----------
- Armando Jorge Moreira, Presidente de Junta de Freguesia de Lodares substituído pelo seu representante legal Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro.
- João Carlos Pinto Correia, substituído pelo Sr. Antero de Sousa Correia. ----------
- Eduardo Augusto Vilar Barbosa (PS), Presidente da Junta da União de Freguesias Cristelos, Boim e Ordem substituído pela sua representante legal Dora Manuela Moreira da Rocha Santos.----------
- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento das atas das reuniões: ----------
- Ordinárias de Câmara: ----------
- Ata n.º 16 de 06 de junho de 2022; ----------
- Ata n.º 17 de 20 de junho de 2022 e,----------
- Ata n.º 18 de 04 de julho de 2022.----------

--------Depois colocou-se a discussão e a votação a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 27 de junho de 2022.-

--------Sem Intervenções. ----------

-------- Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO: ----------

-------- **Aprovada, por unanimidade dos membros presentes participantes na Sessão de Ordinária da Assembleia Municipal (n.º 6), realizada a 27/07/2022. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo**. ----------
-------- ----------

--------**Pelas 21h20min entrou na sala o seguinte membro**: ----------
• --------Ricardo Manuel de Bessa Marques, da Coligação Acreditar Lousada. ----------

-------- **De seguida colocou-se a discussão a Moção, subscrita pelo Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada (PPD/PSD.CDS-PP), cujo tema: "Habitação Jovem Própria Permanente em Lousada", do seguinte teor:** ---
--------«A problemática da habitação jovem é um tema cada vez mais pertinente e que preocupa os jovens do nosso concelho. Sendo a habitação sinónimo de emancipação, é certo que nos deparamos com um sério problema que nos traz e trará riscos sociais futuros, pois, atualmente, a média de saída de casa dos pais em Portugal, segundo a EUROSTAT 2022, é de 33,6 anos. Muitos fatores concorrem para o agravamento desta problemática, desde logo os baixos salários, os preços dos materiais para a construção, a especulação imobiliária, entre outros, onde também surgem as taxas e os impostos associados ao licenciamento, à compra e venda e à propriedade do imóvel. ----------
Assim, ao abrigo da alínea d) n.º 1 do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada, a Coligação Acreditar Lousada (PPD/PSD.CDS-PP) apresenta a seguinte moção:----------
De modo a minimizar os custos inerentes à construção, reconstrução ou aquisição de habitação própria permanente por jovens munícipes, dos 18 aos 35 anos, deve o município de Lousada promover e levar a cabo as seguintes medidas: ----------
•Aplicar a isenção da taxa de licenciamento para jovens munícipes que pretendam construir ou reconstruir imóveis no concelho; ----------
• Aplicar a isenção do IMT a jovens munícipes que adquiram a primeira habitação permanente no concelho; ----------
• Criar o Programa Arrendamento Jovem, a custos acessíveis, reabilitando os edifícios devolutos do concelho, aproveitando, assim, os recursos que

temos ao dispor; ----------
• Proceder à aquisição de terrenos e ao loteamento de zonas habitacionais nas freguesias, estabelecendo regras para a aquisição, transmissão e utilização dos lotes de terrenos, destinados à construção de habitação jovem permanente a preços acessíveis, promovendo, desse modo, a fixação da população jovem e a coesão social no nosso território; ----------
• Criar um incentivo fiscal e financeiro para a construção ou reabilitação sustentável de imóveis no nosso concelho; ----------
• Estudar a constituição de uma Cooperativa de Habitação Jovem, através de uma parceria público-cooperativa, de modo a fomentar alternativas dignas de habitação a custos acessíveis; ----------
• Outras medidas que possam ser pertinentes. ----------
Lousada, 28 de setembro de 2022». ----------

--------**Pelas 21h22min entrou na sala o seguinte membro**: ----------
• --------Agostinho Gaspar de O. Oliveira, da Coligação Acreditar Lousada.

--------A senhora Presidente da Assembleia deu a palavra aos Membros Presentes do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada (PPD/PSD.CDS-PP), para defesa da Moção sobre a **"Habitação Jovem Própria Permanente em Lousada"**. ----------

--------**Intervenção do Membro Municipal, ANA CRISTINA MOREIRA, Coligação Acreditar Lousada:**----------
---------- «Boa noite. Cumprimentar a Mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor Presidente, excelentíssima senhora Vereadora, Vereadores, senhoras Deputadas Municipais, Deputados Municipais, excelentíssimos senhores Presidentes da Junta de Freguesia, Público, Comunicação Social, Lousadenses. ----------
No seguimento da leitura da Moção por nós apresentada a esta Assembleia, queremos com ela salientar que não é de agora, já é de algum tempo, principalmente com o despoletar do preço da habitação em Lousada que cada vez mais jovens lousadenses sentem dificuldade em construir ou adquirir a sua própria casa. E, a JSD Lousada sensível a esta questão, realizou um inquérito subordinado a esta temática da habitação jovem permanente em Lousada onde apurou os seguintes resultados: Num universo de 324 respostas questionamos se os jovens tinham habitação própria onde 86% respondeu que não, dizendo que viviam com os pais ou com outros familiares e os restantes 14% responderam que tinham habitação própria aqui no concelho. Aos que responderam que tinham habitação própria foi perguntado também qual o meio da aquisição da mesma sendo que a maioria respondeu que comprou e que nenhum destes, ou seja, 100%, beneficiou ou beneficia de qualquer incentivo público, ou seja, incentivos fiscais ou financeiros. ----------
Deste modo, urge parar para pensar nas políticas jovens no concelho de

Lousada e pôr em prática soluções, por exemplo estas aqui que foram apresentadas, para o bem dos futuros, para o futuro, para os jovens e para Lousada.» ----------

--------**Após a defesa da Moção** subscrita pelo Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada (PPD/PSD.CDS-PP) - **"Habitação Jovem Própria Permanente em Lousada",** a senhora Presidente da Assembleia deu a palavra aos Membros da Assembleia Municipal Presentes, para debate da mesma. ----------

-------- **Intervenção do Membro Municipal EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «Excelentíssimo senhor Presidente, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssima senhora Presidente da Mesa e restantes Membros da Mesa, excelentíssimos senhores Deputados, excelentíssimos Membros presentes, Público. ----------
---------Li com atenção a moção que foi proposta pela bancada do PSD/CDS e depois de lida a moção não posso deixar de apresentar um conjunto pequenino de dúvidas que tenho e que, se me permitem, queria mesmo que me esclarecessem estas dúvidas, porque de facto sem elas não consigo votar de forma consciente. É um tema que nos afeta a todos, sabemos perfeitamente disso, de extrema importância, gostaria que me esclarecessem alguns pontos que gostava mesmo que ficassem explanados. Quanto ao primeiro e segundo pontos recomendados nomeadamente a isenção da taxa de licenciamento e a isenção de IMT, gostava de perguntar se elaboraram alguns cálculos para apresentação destas propostas? Se conseguiram apurar mais ou menos, obviamente, que os valores certos será difícil de apurar... Qual é o valor de perda de receita para o município? E como é que podemos suprir essa lacuna? E também gostava de vos perguntar se aferiram concretamente da legalidade, do enquadramento jurídico desta medida de isenção do IMT? Nós sabemos que é uma matéria relativa à reserva da Assembleia da República, tenho aqui algumas dúvidas quanto à lei habilitante que nos permitiria de per si fazer/tomar a isenção ou seja ser um ato administrativo. ----------
Relativamente ao terceiro ponto criar o programa arrendamento jovem... Não, quanto à aquisição de terrenos, quanto ao quarto ponto da vossa moção - proceder à aquisição de terrenos, ao loteamento de zonas habitacionais nas freguesias, gostava de vos perguntar, dizem aqui: reabilitação de edifícios devolutos e pergunto para mero esclarecimento, quem é que vai reabilitar? A Câmara? Se sim, como? Adquire primeiro e depois reabilita? E depois desta questão, adquire primeiro, reabilita e depois arrenda? Adquire primeiro, reabilita e depois aliena? E quanto é que isto custa? Se conseguiram chegar a algum tipo de valores? Ponto seguinte criar um incentivo fiscal e financeiro para a construção ou reabilitação, concretamente o que é que vocês entendem aqui como incentivo fiscal e financeiro para a construção ou reabilitação, o que é que é isto? Em que é que se corporiza que não consegui alcançar?! ----------

E, relativamente à cooperativa de habitação jovem gostava de perguntar, porque sei que efetivamente existem essas cooperativas, já existiram aliás no passado, mas gostava de saber o que é que pretendem com isto? Ou seja, se estudaram alguma cooperativa em concreto? Se essa cooperativa teve bons resultados? Se não teve? Gostava de saber um bocadinho mais, de intensificar aqui um bocadinho mais, para sabermos onde nos metemos, sendo simplista.» ----------

--------**Pelas 21h28min entrou na sala o seguinte membro**: ----------

• --------Fausto Manuel da Costa Oliveira, **Presidente de Junta da União de Freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga (Coligação Acreditar Lousada).**----------

-------- **Intervenção do Membro Municipal, ANA CRISTINA MOREIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «Respondendo às questões da colega: primeiro dizer que hoje é dia 29/09/2022, após ser aprovada esta Moção é que poderemos depois discutir outras coisas em concreto. Deixamos também as contas para a Câmara Municipal, neste caso. Portanto, depois relativamente à legalização da isenção do IMT, sim é possível. ----------
Relativamente à questão que nos perguntou, se é possível adquirir e depois reabilitar? Claro que tem que ser por parte da Câmara Municipal, porque nós estamos a dizer que os jovens não têm dinheiro para o fazer, portanto tem de partir da Câmara Municipal adquirir e depois reabilitar para que os jovens possam ir para uma casa que esteja em condições. ----------
Relativamente também à Cooperativa da Habitação, nós não exploramos nenhuma cooperativa em específico, contudo é uma coisa que está em concreto no âmbito do IRUH, portanto basta consultar o Portal da Habitação e é como diz são propostas que nós decidimos e promovemos em prol dos jovens Lousadenses. Achamos que elas são fiáveis e que são possíveis de concretizar». ----------

-------- **Intervenção do Membro Municipal EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «Confesso que mantive um bocadinho as minhas dúvidas, compreendo que não me consigam esclarecer todas ou de forma objetiva ou totalmente esclarecidas, mas de facto faz-me confusão aprovar ou votar uma moção - e não estou a dizer que vou votar contra, atenção - estou a dizer apenas que me faz alguma confusão não ter um estudo prévio daquilo que vou aprovar, ou seja, aprovámos uma moção onde não constam contas, portanto não consta onde é que vamos tirar o valor, de onde, como e como é que vamos suprir essas lacunas nomeadamente quanto à questão da taxa de licenciamento e do IMT. Relativamente ao enquadramento legal da isenção de IMT continuo com as minhas dúvidas!... Creio que nos estatutos dos benefícios fiscais e outras leis habilitantes não constará, há um elenco taxativo dessas possibilidades, nomeadamente para reabilitação, mas continuo a ter as minhas dúvidas quanto a esta possibilidade, quanto a este enquadramento legal. E, portanto, se bem entendi, estão aqui uma série de propostas que, de facto, são pertinentes, mas que estão pouco amadurecidas, não me levem a mal,

é mesmo uma análise que faço do que li da moção e do que agora me foi respondido. Contém algumas generalidades que obviamente de princípio todos concordamos mas acho que há aqui outras coisas que foram colocadas que não fazem muito sentido, nomeadamente esta questão da aquisição, portanto a Câmara adquire, a Câmara reabilita e depois nas palavras da senhora deputada "dá aos jovens ou cede aos jovens a habitação", cede como? Portanto, não queremos que a Câmara substitua àquilo que é a iniciativa privada, portanto a Câmara não se subleva à iniciativa privada e nessa medida entendemos que compra e venda de terrenos, aquisição de lotes, venda de prédios urbanos ou reabilitação de edifícios para depois venda, é uma iniciativa privada. (não está a fazer isso, está a fazer uma coisa diferente, já lá vamos). Julgo que neste âmbito devemos querer falar de coisas diferentes e com as quais concordamos no que se refere nomeadamente à habitação acessível. E, muita coisa existe nesse campo nomeadamente no município e no IRHU. A habitação a custos acessíveis é um tema que não é de agora, mas que há muito tem vindo a merecer a atenção dos eleitos do PS desta Câmara, em particular. Tendo sido até inscrita no manifesto eleitoral sufragado pela maioria dos lousadenses há precisamente um ano atrás e, para que fique claro até porque não é uma novidade, este é um tema que nós acompanhamos e que nos é muito caro, é uma realidade difícil em todo o país, não é só aqui em Lousada, nomeadamente agora que muito tem sido falado quanto aos jovens universitários. Como referi há vários programas governamentais... Gostava de poder concluir a minha intervenção até porque estive bastante atenta àquilo que a senhora deputada da vossa bancada disse e gostava que tivessem a mesma atenção para comigo. Como referi, há vários programas governamentais que visam concretamente o cumprimento destes pontos aqui falados, nomeadamente quanto ao arrendamento. Podem ser acedidos pelo público-alvo nomeadamente jovens e de classe média, não estamos a falar aqui de habitação social, mas sim de habitação acessível. Quanto à realidade de Lousada, para além das questões que deixei no ar e que não foram devidamente amadurecidas, esta moção abarca alguns pontos que já sabemos que estão a ser executados. Exatamente, a 25 de agosto, por falar nisso, foi publicado o concurso de conceção do futuro edifício Hans Isler, junto ao posto da GNR de Lousada que prevê exatamente a criação de habitação acessível para 45 novas famílias. E se é disto que nós estamos a falar já está a ser feito. Também sabemos, até porque fomos nós que a aprovámos, que a estratégia local de habitação prevê a construção de uma série de habitações, dispersas por várias freguesias deste concelho em terrenos que já eram do município, ou seja, parece-me que há aqui uma excelente solução de usar aquilo que é nosso para promover a habitação para todos e descentralizada. E, até neste ponto, aproveitava - não tinha isto pensado - mas aproveitava o ensejo para questionar aqui o executivo sob o ponto de situação dessas alternativas. Ou seja, isto para dizer o quê? Que uma boa parte destas sugestões já estão a ser trabalhadas. Acho que isto passa muito pela questão do arrendamento e não pela questão da aquisição. E quanto a

este arrendamento, esta habitação acessível, creio que o município já tem dado passos largos neste sentido e que estamos a trabalhar muitíssimo bem nesta temática. Quanto aos outros pontos ou recomendações, entendo que peca um bocadinho pela vacuidade do conteúdo, não foram previstos impactos financeiros, não foram previstos porque é difícil... Eu percebo que seja difícil, mas há um conjunto de valores: expropriações, construção, reabilitação, de perdas receitas para o município que tem que ser tidas em conta antes de lançarmos para o ar uma proposta deste calibre. Resumidamente concordamos obviamente com os princípios basilares desta moção, obviamente que sim, até porque eu como jovem nessa faixa etária, sim, ainda estou nessa faixa etária!... Concordo perfeitamente com esta posição. Primeiro um assunto de interesse nacional e de solução nacional e ainda assim este município já tem vindo a progredir neste sentido. E soluções essas que já estão inclusive a ser efetivadas. Obrigada.» ----------

-------- Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:

----------«Relativamente às dúvidas, as mesmas colocam-se porque a proposta é muito concreta ao dizer que "propõe-se que o município leve a cabo as seguintes medidas." Se eventualmente a redação fosse "recomenda-se que a Câmara estude a possibilidade de...", provavelmente já não havia problema, porque efetivamente há aqui algumas medidas que suscitam dúvidas quanto à sua legalidade, nomeadamente, a questão da isenção do IMT. Como disse a Sra. Deputada Eduarda Ferreira, nós estamos sujeitos ao princípio da legalidade tributária, portanto não podemos lançar taxas e impostos que não estejam previstos na lei, mas também não podemos criar isenções que a lei não preveja. Lembro que, há uns anos, alguns municípios criaram incentivos fiscais para a captação de investimento e isso suscitou sérias dúvidas quanto à legalidade e, tanto assim foi, que depois a Assembleia da República aprovou uma lei para enquadrar essas isenções ou reduções de tributos municipais, para que fosse possível as câmaras concederem esses incentivos e atualmente não há dúvidas quanto a essa matéria. ----------

----------Relativamente ao IMT a lei prevê algumas isenções, por exemplo no caso da reabilitação urbana, ou na aquisição de imóveis para habitação permanente, mas neste caso limita o valor do imóvel em cerca de 93 mil euros. O problema é que esse valor é ridículo face ao preço de mercado das habitações. E, portanto, acho que fazia todo o sentido alterar estes valores porque estão completamente desatualizados face aos preços de mercado. Ou seja, na primeira aquisição para habitação própria permanente devia haver uma isenção de IMT para todos e não só para os jovens. Certamente concordarão que os menos jovens que queiram adquirir a sua primeira habitação, ou porque não tiveram condições de o fazer antes, ou porque estavam numa situação de arrendamento, também deviam ser contemplados com essa isenção. Naturalmente que tem de haver sempre um limite no valor do imóvel, porque não teria sentido de outro modo. Se alguém comprar uma habitação por meio milhão de euros é óbvio que não devia ter direito. Portanto, devia haver sempre um limite,

mas o valor atual tem de ser ajustado, porque efetivamente aquilo que a lei atual prevê está completamente desajustado. Onde é que se compra agora uma habitação por 93 mil euros? Seria com certeza um achado ou então não se tratará com certeza de uma habitação nova. Concordando, no fundo, com o espírito da moção, tenho dúvidas quanto à legalidade de algumas dessas medidas. Mas eventualmente poderá depois surgir daqui uma moção para que na Assembleia da República haja uma iniciativa legislativa, porque o limite de 93 mil euros não está bem, não serve os propósitos dessa lei, não só dos jovens, mas de toda a outra população. -- ----------Relativamente à isenção das taxas urbanísticas, eu já disse numa reunião de Câmara que nós já tínhamos pensado nessa possibilidade, muito embora nos pareça que não é pelo custo das taxas urbanísticas que um jovem não assume esse desafio de construir uma habitação, porque aqui em Lousada isso nunca foi um desincentivo à construção, antes pelo contrário, basta comparar as taxas urbanísticas daqui com as dos concelhos vizinhos. Nalguns desses concelhos vizinhos as taxas são 5 vezes superiores às de Lousada. Na verdade, quem não tiver mil e tal euros para pagar as taxas urbanísticas, o melhor é mesmo não construir casa, porque vai correr mal. Mas isso não é impeditivo de que a Câmara possa dar também aqui uma ajuda, mas será mais um sinal de que outra coisa qualquer. E, portanto, parece-me que podíamos rever o nosso regulamento de taxas e prever essa isenção, embora na minha opinião sinceramente não é isso que vai fazer a diferença depois na decisão do jovem partir para a autoconstrução. Relativamente à questão de aquisição de terrenos para construir habitação é isso que já estamos a fazer, como aqui já foi dito. Temos vindo também a trabalhar nesta matéria com as Juntas de Freguesia e as instituições do concelho. A Comissão Fabriqueira de Macieira cedeu-nos um terreno de que era proprietária, uma casa degradada, para que a Câmara desenvolva um projeto de arrendamento acessível. E, portanto, estamos a trabalhar na identificação de todos os terrenos que sejam do Município, das Freguesias ou Instituições e que tenham características para se construir habitação a custos acessíveis. É isso que estamos a fazer e temos projetos em Meinedo, Sousela, Vilar, Macieira e Nevogilde. O que nós pretendemos é que, na medida das possibilidades, possamos construir algumas habitações um pouco por todo o concelho, mas a Câmara ficará sempre com a propriedade dessas habitações, no sentido de as colocar depois no mercado de arrendamento a preços acessíveis, porque será uma forma de mitigar também o aumento de preços que atualmente tem acontecido. O resto tem de ser estudado. Relativamente à questão das cooperativas, todos nós, pelo menos aqueles que têm a minha idade, temos conhecimento de projetos de cooperativas que correram muito mal, em que as pessoas pagaram para comprar a sua casa e perderam tudo, mas isso também não é razão para riscar já essa possibilidade. Temos que a estudar, que a amadurecer. Em resumo, esta moção é pertinente, é um assunto que nos deve preocupar a todos. Já estávamos a trabalhar em muitas medidas que estão aqui propostas, mas algumas delas carecem de melhor aprofundamento, porque efetivamente não será tão simples como

a moção aqui faz transparecer.» ----------

-------- Efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**: ----------

--------A Assembleia Municipal de Lousada deliberou, por maioria de 12 votos a favor da Coligação Acreditar Lousada e 22 abstenções do Partido Socialista, aprovar a Moção, subscrita pelo Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada (PPD/PSD.CDS-PP) **-"Habitação Jovem Própria Permanente em Lousada".** ----------

---------- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS** ----------

--------A senhora Presidente da Assembleia deu **início ao período de intervenção dos Grupos Municipais**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal Presentes. ----------

--------**Intervenção do Membro Municipal, ANA CRISTINA MOREIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «Hoje trago vos aqui alguns assuntos. O primeiro assunto que vos quero falar é sobre o ranking das escolas declarando a nossa preocupação no que toca à descida do ranking nas escolas do nosso concelho no que diz respeito ao ano de 2020 para 2021. São descidas acentuadas e gostaria de saber como é que isto se justifica e a questão que se coloca é: Será que as políticas de educação do município estão funcionar? Porque pelos resultados que nós temos aqui alguma coisa está a falhar. ----------
O segundo tema foca-se nos transportes, nos transportes a vários níveis, primeiro no que diz respeito às paragens dos autocarros. O ano escolar começou e as queixas referentes aos abrigos para as crianças enquanto esperam pelo autocarro também começaram. Sendo que nos foi comunicado que uma mãe entrou em contato com as Infraestruturas de Portugal pedindo a esta entidade que fizesse alguma coisa ao qual responderam que essa competência para a requalificação das paragens do autocarro parte em primeiro lugar da autarquia em conjunto com as transportadoras, devendo estas enviar uma proposta às Infraestruturas de Portugal. Por isso, peço ao município que coloque isto como uma das prioridades, sendo a requalificação das paragens de autocarros importantíssima para o conforto dos jovens e não só, mas também porque o inverno está a chegar. ----------
Segundo a política de transporte em geral dentro e fora do concelho de Lousada. Senhor Presidente as pessoas queixam-se de que não há transportes para o centro de saúde, que as deslocações para o centro da vila sobretudo das freguesias mais distantes são escassas e que as deslocações para concelhos vizinhos são quase impossíveis. Dou outro exemplo também no que toca principalmente aos jovens de que por

exemplo um jovem universitário que queira ir para a Universidade do Minho quer dizer: Queira ir como quem diz, porque se for de Lousada não vai a lado nenhum ou a não ser pode ir a pé. Por isso queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada e Presidente da CIM como é que se explica, que nós estamos em pleno século XXI, estamos no ano de 2022 e Lousada ainda não tem uma política de transportes eficientes e que abrange a todos os Lousadenses? ----------
Depois gostaríamos também de saber como é que se encontra a situação do terminal rodoviário na Praça das Pocinhas, porque diz que está terminado, mas não se vê movimento nenhum, se calhar é porque não há autocarros para lá pôr. Contudo, gostaríamos de ter esta informação e saber se as outras paragens no centro da vila vão desaparecer e se sim, quais é que vão desaparecer? ----------
Outra questão é o passe intermodal de viagens do Porto, sendo uma pessoa por exemplo de Paredes que paga 40€ e sendo uma pessoa de Lousada paga 50€, não se percebe, porque a distancia não é assim tanta. Por isso gostaria também de saber, porque uma pessoa da reta de sequeiros paga 50 ou até mais, uma pessoas com mais 2 metros à frente, a viver mais dois metros à frente paga 40€, apenas. ----------
Depois o último ponto que vos quero transmitir é sobre uma informação da qual tive conhecimento pela via da CPCJ mais concretamente através do Projeto Adélia onde nos foi dito que 50% dos jovens do concelho de Lousada desde da saída da escola até à entrada do transporte escolar ou até à chegada à casa já foram abordados para consumir drogas.----------
Isto quer dizer que podemos concluir que muito provavelmente os filhos destas pessoas que estão aqui dentro desta sala já foram abordados para consumir drogas. Portanto, isto é gravíssimo. ----------
E, claro que é de conhecimento geral que existe o Programa da Escola Segura por parte da GNR e, agora também com o Plano da Ação Local que a CPCJ desenvolveu e vai anunciar contém medidas para combater esta situação, contudo não é suficiente. E, queria saber e perguntar ao senhor Presidente se tinha consciência disto e o que é que o município pode fazer?» **----------**

--------Intervenção do Membro Municipal, PEDRO AMARAL, Coligação Acreditar Lousada: «Antes de mais cumprimentar a mesa da Assembleia, o executivo na pessoa do senhor Presidente, os meus colegas e colegas deputados, público presente e que nos acompanha via online.----------
Hoje venho interpelar o senhor Presidente e o executivo sobre 2 questões relacionadas com a área ambiental e que me parecem fundamentais, não só porque são questões enfoque atualmente a nível nacional e mundial, mas também porque sei que este executivo é bastante cioso das suas medidas ambientais e, tenho pena de não estar cá o senhor vereador do Ambiente porque as perguntas até eram para o senhor Presidente e para ele.----- ----------
A primeira, questão que coloco tem que ver com a situação hidrográfica do concelho, não é novidade para ninguém que o país está em seca, o concelho como quase todo o país em agosto e são dados do IPMA esteve

em situação de seca meteorológica severa, mas não quer dizer que não haja água, quer dizer que não chove. E, porque não nos foi dado nada a conhecer em termos concelhios durante este verão e também não vi grande execução de medidas a este nível, questionava o senhor Presidente se o executivo está em condições de informar a Assembleia acerca da situação hidrográfica do concelho em termos genéricos, águas superficiais, subterrâneas ou o abastecimento público. E, caso a situação hidrográfica seja preocupante se foram tomadas medidas pelo município nomeadamente para combate ao desperdício de água. E, caso não seja uma situação assim tão grave, se pelo menos foram tomadas medidas tendentes a uma melhoria da gestão dos recursos hídricos porque preocupa-nos a todos cada vez mais. ----------

A segunda questão sobre poupança energética, porque sou-lhe sincero Sr. Presidente tenho ficado um bocado confuso com a posição da Câmara Municipal a este respeito!... Olho para a vila: vejo luminárias tão fraquinhas, a vila tão escura. Olho para as freguesias vejo ruas com luminárias apagadas que não são substituídas. Vejo ruas já com habitações e ainda sem ramais de energia. Por outro lado, olho por exemplo para a rua nova ou para a parte nova da Rua do Picoto sem habitação nenhuma e com luminárias que dava quase para fazer uma corrida noturna de fórmula 1. -- E, portanto gostava de saber em que termos é que a Câmara se posiciona em termos de gestão energética? Como é do conhecimento público devido a fatores externos designadamente o conflito armado na Europa, é previsível que venham a existir maiores dificuldades não só em Portugal, mas pelo continente fora do abastecimento de energia sobretudo no inverno. Ora estamos às portas do outubro, o inverno ainda não chegou mas vai chegar, já foram publicadas em Diário da República as propostas do Governo em relação a esta temática e eu gostava de saber porque também nada se disse se a Câmara Municipal vai adotar medidas preventivas de poupança de energia. Se de facto vão ser adotadas se vão se limitar unicamente às medidas propostas pelo governo? Se vão ser menos, se vão ser mais e, se isso vai influenciar apenas os consumos próprios públicos ou se a autarquia tem pensada alguma proposta para afetar também os consumos dos particulares. Tenho dito.» ----------

------ **Intervenção de FAUSTO OLIVEIRA, Presidente de Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Coligação Acreditar Lousada:** «Boa noite, cumprimentar a Mesa da Assembleia, senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, caros colegas Presidentes de Juntas, caros membros desta Assembleia, público e todos aqueles que nos ouvem lá em casa. ----------

Senhor Presidente venho falar lamentavelmente de certa maneira porque seria um assunto que não seria necessário vir aqui hoje se já estivesse resolvido. E, vou dizer já o assunto que é: As Delegações de Competências para as Juntas de Freguesia. ----------

A situação da Delegação de Competências para Juntas de Freguesia foi um processo iniciado há muitos anos e nós tivemos a primeira reunião e é importante comunicar à Assembleia esta situação para que todos saibam

em 2019. Portanto 2019, 2020, 2021, 2022 estamos a 3 meses 2023, pela lei obrigatoriamente as Delegações de Competências para as Juntas deviam entrar em vigor obrigatoriamente em 01/01/2021. ----------
Eu sei que houve um período Covid, mas não é desculpa para tudo, porque inclusivamente havia muitas reuniões online e era possível fazer tudo online. Portanto é uma preocupação e estou aqui a dizer isto perante esta Assembleia, porque eu também o tenho expresso por várias vezes em reuniões ou em contactos pessoais com o senhor Presidente e dizer-lhe muito claramente que já tivemos efetivamente algumas reuniões, não foram ainda conclusivas e, é isso que quero aqui dizer: esperemos que não sejam agora tidas reuniões de ultimato para que as coisas não sejam apresentadas como digamos terminadas sem haver discussão, sem haver debate efetivo que ainda não houve necessário. ----------
E, queria só a propósito e era importante e por isso é que venho hoje e para deixar ao senhor Presidente porque ainda temos três meses um período de reflexão daquilo que está a pensar fazer relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia. Eu só queria chamar atenção aqui dois assuntos, não sei se os colegas tiveram conhecimento mas desde 2017 até 2022, houve um aumento de transferências do FEF para a Câmara Municipal de 31%, ou seja, nestes anos só para ter uma ideia em 2017 a Câmara recebeu tanto como 9 milhões 723 mil 152 euros e uns cêntimos. Em 2018: 9 milhões oitocentos; 2019:10 milhões e 600 e tal mil; 2020:11 milhões 684; 2021:12 milhões 620; 2022:12 milhões 923. Comparativamente as Juntas de Freguesia ao nível do FEF também aumentaram as suas transferências na ordem dos 30%, desde os 786 que as Juntas do concelho Lousada receberam 786 mil 791 em 2017 até em 2022 1 milhão 35 mil 716 euros, portanto um aumento significativo na ordem dos 30% ao longo destes anos. Agora vamos ver aquilo que a Câmara transferiu para as Juntas de Freguesia ao longo destes anos todos: 574.1500 euros em 2018; 574 mil em 2019; 564 mil em 2020, 2021, 2022. O único protocolo que nós temos negociado e estamos há um ano sem negociações é de 2018, sem aumento nenhum ou seja Sr. Presidente o que quero recordar é que as Juntas estão deficitárias desde 2018 em cerca de 218 mil euros. E, volto a repetir as Juntas estão deficitárias em termos de transferências ao nível daquilo que seria digamos o aumento percentual e conjugando inclusive com a inflação à volta de 200 mil euros que corresponde basicamente se juntarmos os 30% mais a inflação que temos neste momento que é na ordem de 7 ou 8%, Sr. Presidente estamos a falar nos 200 e tal mil euros. A pergunta é muito simples, Sr. Presidente já pensou bem, porque as propostas que até agora nos foram apresentadas nem para lá caminham para estes valores, a pergunta é muito simples, Sr. Presidente o que é que pensa fazer relativamente às Juntas de Freguesia? E, quando é que efetivamente termina este processo para que nós possamos em 2023 começar a trabalhar efetivamente com competências, que são próprias das Juntas e para nós servirmos melhor os nossos fregueses que é assim que se faz e é assim os princípios e de todos os protocolos e as transferências interadministrativas que já têm feito é sempre o preâmbulo que diz aí, porque as Juntas

conseguem fazer melhor do que a Câmara porque são mais proximidade etc. Portanto, é apelar a esse sentido. Muito obrigada.» ----------

------ **Intervenção do Membro Municipal, JOÃO CARLOS FONSECA, Partido Socialista:** «Boa noite. Cumprimento a mesa, senhor Presidente, senhores vereadores, caros colegas, público e lousadenses. ----------

Eu gostaria de agradecer, não me vou alongar muito, acho que até que o tema começa a fugir um bocadinho aqui ao nosso âmbito da ação e, se calhar, as nossas competências. E, pelo que eu tenho visto, infelizmente... Como alguns de vocês conhecerão, é pública a minha posição relativamente à forma como são compostos os conselhos gerais. Assim, de forma muito resumida, basta que vocês pensem que a grande parte dos conselhos de gerais das escolas são dependentes do diretor que elegem. E, a partir daí, dá para entender que é um assunto que está inquinado à partida. Mas volto já aí... Quanto aos rankings que a Ana Sofia estava a referir, nós podemos fazer uma comparação com os concelhos com os quais podemos e devemos fazer uma comparação, com os concelhos vizinhos, mas não podemos esquecer também a realidade, e aqui não posso deixar de salientar o excelente trabalho à frente de um dos agrupamentos do professor António Augusto, que enquanto alguns dos concelhos vizinhos estavam preocupados com a com o sucesso educativo e se calhar com as avaliações dos seus alunos, aqui preocupavam-se... e lembro-me perfeitamente, que uma das grandes batalhas era o absentismo e o abandono escolar. Por isso, a partir daí, as realidades não são bem as mesmas. Quanto à intervenção do município, nós temos o Conselho Municipal de educação. Voltando aos conselhos gerais dos agrupamentos de escola, temos 3 representantes do município, que acabam por ser poucos comparado com o restante grupo, e a legislação permite alguns casos... Estão a ver... Já estou a ver ali alguém rir-se... Alguns casos que sejam mais obscuros, porque para que haja políticas educativas, elas têm que ser públicas, têm que ser transparentes e nós temos dentro do agrupamento escolas, em que aquela que deveria ser a declaração de intenções de quem dirige uma escola não é pública, pelo contrário, é escondida e ninguém a conhece. Além das dúvidas que aqui foram levantadas. Por isso gostaria de perceber como é que a doutora Ana Cristina considera que o município poderia intervir e podia ter mais influência ainda do que aquela que que a legislação lhe permite. Obrigado.» ----------

------ **Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «Quanto a estes assuntos venho aqui na qualidade de leiga, nomeadamente quanto à questão do ranking das escolas. Eu tenho para mim que o ranking das escolas vale o que vale, até porque muitos dos grandes pedagogos têm contestado o ranking ou a validade do ranking das escolas. E sou da mesma opinião - vale o que vale - até diria mesmo que seria, se calhar, até fácil baixarmos a exigência educativa para conseguirmos subir as notas e não é isso que nós queremos. Depois relativamente à mobilidade interconcelhia ia brincar com a senhora deputada e dizer que eu e a minha irmã andamos no Minho e conseguimos

chegar lá. Não, não era de carro, só tirei carta aos 24 anos de idade, fica já a saber por, exatamente, dificuldades financeiras, não tenho qualquer tipo de problema de assumir. E, portanto, fazia a minha vidinha através de transportes públicos, estudei e estagiei em Braga durante 8 longos anos. Relativamente ao terminal rodoviário achei piada à senhora deputada dizer: "se calhar não há autocarros para colocar lá"; eu até digo "se calhar o município também vai ter que os adquirir quer ver!" E, depois, isto foi em tom de brincadeira obviamente, deixarei para o senhor Presidente responder, é só uma pequena provocação. Em relação aos passes dizer que Paredes realmente tem esta uniformidade porque pertence à área metropolitana e nós não, portanto Paredes tem essa vantagem de pertencer à área metropolitana e beneficia daqueles passes uniformizados e nós pertencemos à CIM. ----------

-------- Relativamente às drogas eu fico preocupada, não consegui entender, mas a senhora deputada há de me fornecer esse estudo, não entendi como é que foi feito, mas até tenho curiosidade em saber, até pela nossa profissão em comum. Também tenho que o dizer porque foi uma das lutas da JS no meu tempo sobre o aumento de efetivos da GNR, que veio a ocorrer, penso que há pouco tempo, o senhor Presidente logo dirá. Quanto a esse aumento de efetivos, também ele se traduzirá numa maior segurança concelhia. Mas enfim são questões que obviamente acontecem em todo o lado, acontecem em Lousada, acontecem muito mais ainda nas grandes cidades, eu própria já passei por isso e sabemos que é uma realidade que existe. ----------

-------- Relativamente ao gasto de água, o que é que o município tem feito, eu só queria aqui dizer que ainda há pouco tempo me lembro... obviamente que há aqui um cuidado a ter exacerbado e se calhar até de iniciativa privada ou seja todos nós devemos ter esse cuidado de reduzir consumos de água em casa e deixo aqui o repto para toda a gente, nomeadamente nos nossos consumos próprios, não é. Dizer que ainda há pouco tempo me recordo de falarmos aqui que o município chegou a adquirir um sistema novo de deteção de fugas de água, portanto também esse sistema creio que se traduzirá no melhoramento e numa poupança de gastos de água. ----------

Relativamente ao senhor deputado Pedro Amaral, esqueço-me sempre do seu primeiro nome, eu sei que é Amaral, mas Amaral é giro, posso dizer Amaral, é tipo exército. Senhor deputado Amaral relativamente à luz em si, dizer que já muito fez este município quase de antecipação em transformar aqui as nossas lampadazinhas todas em led, não é, mal sabíamos nós que realmente isto viria a ser uma preocupação geral e generalizada com tendência a piorar e este município não vai ser alheio a isso, para um corte energético generalizado não é, estamos a passos largos de caminhar para isso. Portugal ainda não está muito entrosado nesse sistema que a vizinha Espanha já está, já está nesse campo e, portanto, creio que mais tarde ou mais cedo vamos todos ter de ser obrigados a tomar essa atitude.» ---------

--------**Intervenção do Membro Municipal, PEDRO AMARAL, Coligação Acreditar Lousada**: «Lembrei-me no decurso da intervenção da Sra.

deputada questionar uma vez que fomos o primeiro concelho a ter a iluminação toda led, se esses leds de primeira geração à presente data ainda, digamos, os leds atuais gastam mais ou gastam menos do que os leds que colocamos e que são no fundo primeira geração e que podem estar ultrapassados. É essa a questão, se estão ou não e se devemos preocupar-nos com isso? ----------

--------**Intervenção do Membro Municipal, ANA CRISTINA MOREIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «Respondendo ao caríssimo colega, dizer que está quase como o seu líder nacional que o abandono escolar é péssimo, agora está melhor, mas já está melhor, já esteve pior, não é!... Portanto são assuntos diferentes. A descida dos exames é preciso ter em atenção. O abandono escolar é outro assunto diferente, portanto são coisas que efetivamente temos que nos debruçar.----------

Relativamente ao facto de nós não conseguirmos a partir de Lousada chegar a Braga. Senhora deputada vou-lhe dizer o porquê de trazer este assunto hoje, este exemplo que dei do jovem universitário sou eu, vou tirar o mestrado na Universidade do Minho e deparei-me porque os preços da viagem de automóvel fica caríssimo ou nós partilhamos viagens ou vamos de transportes públicos. E, o que é que acontece? De Lousada não há forma de chegar a Braga, a única solução que eu tenho é, por transportes públicos ou vou de carro até Felgueiras e de Felgueiras apanho um autocarro para Guimarães e de Guimarães apanho outro autocarro para ir para Braga ou então vou de carro até à estação de Penafiel e de Penafiel vou até Ermesinde no comboio e de Ermesinde tenho que mudar de comboio para ir direto a Braga. Eu estou a falar com conhecimento de causa, porque estive agora averiguar o melhor meio para poder ir para a universidade e não, não se consegue ir de Lousada para Braga em transportes públicos.----------

Relativamente às escolas, ainda bem, que foi uma bandeira da JS, já foi uma bandeira da JSD de Lousada, foi uma das nossas lutas também. Eu depois posso-lhe explicar que este projeto consistiu na recolha de dados dos jovens, não é!... E, que depois esses dados foram tratados pela Universidade do Porto e, agora foi chegado o relatório à CPCJ de Lousada que está a construir um Plano de Ação Local que irá anunciar e que certamente têm medidas para combater também esta problemática.» --

--------**Intervenção do Membro Municipal, JOÃO CARLOS FONSECA, Partido Socialista:** «Dra. Ana Cristina antes de mais esclarecer-lhe que quando fala de líderes nacionais, está enganado a meu respeito, porque não os reconheço. ----------

Em segundo lugar, relativamente à questão do abandono escolar, ele não pode ser dissociado desta questão, porque qualquer escola tem que ter definida a sua política educativa e tem que ter as suas prioridades no momento. Aquilo que eu lhe referi, não estou a dizer que estamos no céu neste momento, mas era uma situação extremamente grave, o abandono escolar nesta região, e daí referir o excelente trabalho do Prof. António Augusto, que é reconhecido por todos.----------

Relativamente também aos rankings, concordo com a minha colega

Eduarda, eles têm um valor que têm. Quando nós estamos... Aqui, queria fazer um pequeno aparte: "eles têm um valor que tem quando estamos a falar de realidades muito diferentes", não é. Nós não podemos comparar um colégio em que os meninos, falando nos transportes, em que os meninos vão para lá nos carros de luxo dos seus pais com escolas onde muitas vezes os alunos têm dificuldades para se alimentar. ----------
Lembro-me de estar numa escola... Já que fala da sua realidade, pode-se dizer da minha... Cheguei a trabalhar em escolas em que os alunos, quando não podiam ir à escola, quando estavam de castigo, ficavam à porta agarrados, tipo prisioneiros na porta, porque queriam entrar para comer, são coisas que são incomparáveis. Aqui, felizmente existe algum equilíbrio, que não existia na altura. Na altura do Prof. António Augusto a preocupação era essa. Daí a importância dos projetos educativos e dos projetos de intervenção serem públicos e das pessoas saberem à partida quais vão ser as apostas de quem se propõe a dirigir uma escola, para depois podermos fazer escolhas conscientes.» **----------**
-------- Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:
----------«Começando a responder à Sra. Deputada Ana Cristina Moreira, relativamente ao ranking das escolas, vejo a maior parte dos especialistas a desvalorizar a questão dos rankings. E, dizer que houve uma descida acentuada não me parece, houve efetivamente descida em algumas disciplinas, mas são flutuações normais que variam de ano para ano. E, depois vir aqui tentar responsabilizar o executivo municipal por uma eventual descida é absurdo, como sabe os municípios não têm competências para definir os currículos, as políticas educativas, a nossa função é coadjuvar, é auxiliar, é dar os meios, é isso que temos feito de uma forma cada vez mais empenhada. Para além das infraestruturas temos também procurado dar respostas à escola em atividades que enriquecem os planos curriculares. ----------
Aliás, lembro que a Comunidade Intermunicipal desenvolveu no âmbito deste quadro comunitário um projeto que tinha como objetivo justamente a promoção do sucesso educativo que é o PIICIE. E, podem perguntar a qualquer um dos outros municípios e todos lhe vão dizer que Lousada foi uma referência na construção desse programa, porque efetivamente nós já tínhamos aqui um conjunto muito significativo de atividades que depois foram replicadas noutros municípios. Com esse programa tivemos um incremento de outras atividades. As indicações que temos da Autoridade de Gestão é que vai ser possível voltarmos a ser financiados, no quadro comunitário que está em construção, não só Lousada, mas todos os municípios da Comunidade Intermunicipal, para se dar continuidade a essas atividades. Sendo certo que no caso de Lousada, nós estamos a dar continuidade, mas sacrificando o orçamento municipal, mas tudo indica que vai continuar a haver apoio para o efeito. ----------
----------Relativamente aos abrigos, se há situações menos conseguidas, o melhor é fazer-nos chegar essas situações para a Câmara poder avaliar. Normalmente, os Srs. Presidentes de Junta reportam-nos essas situações, mas quando se trata das estradas nacionais é mais complicado, mas acho

estranho essa resposta da IP. Confesso que nunca vi tanta inação nas entidades que gerem infraestruturas públicas como atualmente. Basta passarem na reta de Sequeiros e ver a vergonha que lá está com as silvas a invadirem a faixa de rodagem. Há dias, e depois de já termos sinalizado a situação não sei quantas vezes, mandamos mais uma carta para a Direção Regional. O mesmo se passa com a EDP. As coisas efetivamente não estão bem. Os Srs. Presidentes de Junta perguntam-nos o que é que se passa com alguns pedidos, porque estão à espera há meses. É uma vergonha o que está a acontecer. ----------

----------Aliás, já pedi aos serviços para se estudar o contrato de concessão para ver se podemos reagir de alguma forma, porque isto não pode ser. Nunca vi a EDP com tanta inação. Não têm meios próprios para resolver os problemas, como tinham antigamente, não têm funcionários suficientes e entregam tudo fora e admito que o panorama atual não seja o ideal, mas têm de se adequar àquilo que é o mercado e pagar aquilo que o mercado exige para que os serviços sejam feitos. Efetivamente, basta pensar nesta obra da EM605 que está praticamente pronta e ainda lá estão os postes antigos e os negativos à espera que venha a EDP colocar os novos postes. É apenas um exemplo, mas o problema existe um pouco por todas as freguesias e às vezes é só arrumar um poste para trás ou colocar uma luminária. Enfim... ----------

----------Relativamente ainda aos abrigos, nós temos resolvido esses problemas em parceria com as Juntas de Freguesia. Não sei de que casos é que estão a falar, mas é uma questão de verificarmos. Se for uma estrada nacional nós entramos em contacto com a IP para se resolver o problema.

----------Relativamente aos transportes, disse que não há transporte para o Centro de Saúde, para as freguesias e para os concelhos limítrofes, nem para Braga. Pois, para Braga ainda deve ser mais difícil realmente! O problema dos transportes já aqui foi falado, mais do que uma vez, é que as operadoras têm de ter uma atividade sustentável. Temos um concurso de concessão que foi promovido pela Comunidade Intermunicipal que foi adjudicado e falta o visto do Tribunal de Contas para depois se assinar o contrato. E, posso adiantar-vos que as concessionárias, relativamente a alguns lotes, ponderaram não assinar os contratos. Por acaso não foi o caso do lote de Lousada, mas aconteceu com outros lotes de outros municípios em que as operadoras que ganharam o concurso ponderaram não assinar porque têm dúvidas quanto à sustentabilidade daquele contrato. ----------

Quando nós na Comunidade Intermunicipal definimos as carreiras foi no pressuposto de que elas são sustentáveis, portanto há pressupostos que estão subjacentes, nomeadamente a procura. Se essa procura depois não se confirmar durante a execução de contrato, as operadoras terão direito a ser ressarcidas, como é óbvio. Nesse caso, podem pedir o reequilíbrio do contrato. ----------

----------Neste momento não temos ainda esse contrato e o que é que tem acontecido? Sobretudo fora do período escolar, diversos Presidentes de Junta já me ligaram, a dar nota de problemas de carreiras que deixaram de existir. A única possibilidade que tem existido para que algumas delas se

mantenham é através de um mecanismo que se chama Obrigações de Serviço Público. Basicamente, o que temos feito na Comunidade Intermunicipal, e depois esses custos são refletidos nos municípios, é indemnizar as operadoras para que não deixem de fazer alguns desses percursos. Agora, é evidente que isso não pode ser feito com todas as carreiras porque é incomportável. Ainda nesta terça-feira, na reunião do Conselho Intermunicipal, nós aprovamos para o mês de outubro uma transferência de trezentos e tal mil euros para obrigações de serviço público. Multipliquem por 12 e façam as contas. Isto é absurdo. ----------
O que nós vamos ter de fazer, depois de assinarmos o contrato e termos essas carreiras a funcionar, é resolver estes problemas que a Sra. Deputada referiu, porque não vamos ter essa cobertura total em todas as freguesias conforme desejaríamos, porque se não houver utentes suficientes, temos esse problema, os circuitos têm de ser sustentáveis. Temos de ter também outro tipo de respostas, nomeadamente o transporte a pedido que já está em experiência piloto em Baião e Cinfães. ----------
E, eventualmente depois replicar isso em todo o território para que sobretudo os mais desfavorecidos que não têm transporte próprio e que não têm recursos económicos para pagar um táxi, não fiquem para trás. --
É nesse sentido que vamos trabalhar, mas podemos desenganar-nos já, porque no nosso território, na CIM, não temos procura para ter carreiras frequentes de hora a hora a ligar todas as freguesias e a ligá-las a todos os concelhos. É evidente que podem dizer que se não tivermos oferta também não teremos procura. Está bem, mas vamos investir 2, 3 ou mais milhões por ano até que a procura exista? Vamos ter de adequar as nossas respostas àquilo que são as necessidades e os recursos disponíveis da forma mais eficiente. Não estou a desvalorizar o problema, o problema existe, agora não vai ser fácil de resolver e a sua solução não passa por termos carreiras a toda a hora e em todos os lugares porque isso seria completamente catastrófico do ponto de vista orçamental. ----------
----------Relativamente ao terminal rodoviário, creio que falta a ligação definitiva da EDP. Relativamente às paragens que vão ser suprimidas, serão as mais próximas nomeadamente na Avenida de Renteria e pouco mais. --
----------Relativamente ao passe intermodal a Sra. Deputada está mal informada. Efetivamente era isso que ia acontecer. Mas, no início do outro mandato, creio eu, chegámos a acordo com a Área Metropolitana para a integração do Andante, a qual assumiu o assumiu o sobrecusto para que efetivamente não houvesse essa diferenciação entre os nossos vizinhos da Área Metropolitana e os nossos concidadãos. ----------
Neste momento qualquer cidadão da área da Comunidade Intermunicipal paga exatamente o mesmo que qualquer cidadão da Área Metropolitana, ou seja, nos passes intermunicipais e inter-regionais pagam 40 € e naqueles que incluem o Metro pagam 50€. Foi uma medida que onerou muito o orçamento da Comunidade Intermunicipal, ou seja, dos municípios, porque a despesa depois é repartida pelos municípios, mas foi uma ajuda tremenda para os orçamentos familiares, sobretudo para os que viajam para o Porto, e não só, quer seja de comboio, quer seja de autocarro, para

quem viaja diariamente, sobretudo trabalhadores e estudantes. ----------
Relativamente ao consumo de droga, a Sra. Deputada falou aqui de um assunto que nos preocupa bastante. Tínhamos vindo a falar com regularidade com o anterior comandante da GNR, que, entretanto, foi substituído, e creio que o novo comandante ainda está de férias, mas vamos reunir dentro em breve, e certamente já estará informado dessa problemática que infelizmente não será uma problemática apenas de Lousada, aliás, creio que em Lousada até não terá tanta expressão como noutros concelhos, mas deve efetivamente preocupar-nos. ----------
Nós tivemos informações que nos chegaram de algumas pessoas sobre movimentos no Parque Urbano e não só. Pedimos à GNR um reforço de policiamento. A par da questão do reforço de policiamento, o que eu posso dizer é que há muita investigação criminal. A Câmara Municipal tem colaborado nessa investigação criminal e tem disponibilizado meios, e não vou dizer quais, porque não o devo fazer, para não pôr em causa o sigilo e sucesso dessas investigações. Portanto, estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance. E, é isso que tem sido feito também com as escolas, sensibilizar, sensibilizar, sensibilizar, mas é um assunto muito difícil, como sabemos todos. Estamos preocupados e a trabalhar no sentido de combater esta chaga. ----------
---------Relativamente às questões que o Sr. Deputado Pedro Amaral colocou sobre a situação hidrográfica do concelho, enfim, preocupou-nos e continua a preocupar-nos bastante. Nós felizmente estamos numa região que não tem sentido, pelo menos até agora, os efeitos tão nefastos dessa seca, mas isso não nos deixa, de maneira nenhuma, descansados. Todos nós conhecemos concidadãos nossos que viram os seus poços a secar. E, este ano, isso sentiu-se com mais acuidade. No que respeita às políticas públicas, devem ter reparado, e alguns até nos criticaram, no estado em que estavam os jardins, porque estavam muito amarelos, porque reduzimos drasticamente as regas. Devem ter notado isso. Portanto não foi por desmazelo da Câmara Municipal, foi efetivamente uma atitude de poupança de água. ----------
---------- A Deputada Eduarda Ferreira referiu aqui uma coisa que é muito importante. Creio que há uns tempos saiu um relatório que dizia que Lousada, e outro concelho qualquer, eram aqui na região os que mais perda de água tinham. Só que esses dados têm para aí 3 anos de atraso. Nos últimos 3 anos fizemos avanços tremendos nesta matéria. Investimos muito em equipamento e tecnologia, o que nos permite monitorizar a pressão nas redes, setorizar as redes e efetivamente conseguir perceber onde é que nós temos maiores problemas em termos de pressão e de perdas de água, ao ponto de atualmente nós conseguirmos ir ao detalhe da rua onde estamos com problemas e ao detalhe da casa. E, temos técnicos que têm trabalhado inclusivamente de noite, e com regularidade, na procura desses casos e detetamos já situações em que a Câmara estava a ser lesada com ligações clandestinas, com ligações diretas antes do ramal.-Estamos a fazer as participações crime, pelo que convém que as pessoas fiquem a saber que a Câmara tem condições neste momento para

perceber o que é que se passa com as suas redes e vamos atuar sem contemplações, porque efetivamente não é razoável que uns estejam a pagar para outros. ----------

---------- Quando saírem novos indicadores vai ser claro esse avanço do Município no que respeita à diminuição das perdas. Estamos a avançar no sentido das exigências ambientais, mas estamos também a poupar muito dinheiro, porque a água é cada vez mais escassa, mas também mais cara. Sim, nós também temos a felicidade de estarmos a ser abastecidos pela Águas Douro e Paiva que é a empresa pública em alta que tem uns dos sistemas mais fiáveis e que à partida será dos sistemas que menos dificuldades terá no futuro. Aliás, os clientes da Águas Douro e Paiva foram abordados recentemente, porque há uma perspetiva de a empresa servir os Municípios da zona de Viseu que estão com problemas sérios. Houve um entendimento de que, se o sistema tem condições para servir aqueles municípios, isso devia ser feito, a São Pedro do Sul e mesmo a Viseu que têm problemas graves de fornecimento de água e as Águas Douro e Paiva vão também estudar a possibilidade de servir esses municípios. ----------

---------- Relativamente às luminárias falou num assunto pertinente. Eu próprio fiquei chocado quando vi tanta luz. Se temos postes só com uma luminária e foram colocados postes com duas, é evidente que a luz fica a dobrar. A ideia é termos um braço mais baixo para iluminar melhor o circuito pedonal, mas devia-se ter reduzido as potências, coisa que não foi feita, mas agora tem de se corrigir. ----------

---------- Queria dar nota que esta problemática da fatura da energia vai ser muito complicada. Neste momento nós ainda não estamos a sentir isso, mas todos nós conhecemos situações de empresas que estão a receber contas astronómicas. ----------

---------- A própria Lousada Século XXI estava com um consumo de 5 mil e tal euros e teve agora uma proposta de 18 mil por mês, imaginem. Ainda esta semana um nosso concidadão que tem uma habitação na Alemanha me disse que chegou a casa (na Alemanha) e tinha lá uma cartinha que o informava do plafond que tem em termos de consumo de gás e de energia elétrica. Se exceder aquele plafond vai ser multado e as multas não são nada simpáticas. A iluminação pública já está desligada na Alemanha e nós aqui estamos preocupados com as ruas que estão pouco iluminadas. Enfim, estamos todos a fazer de conta... Foi dito aqui que há ruas que estão pouco iluminadas que ainda faltam luminárias aqui e ali. E, a Alemanha, que é um país pobrezinho, está a desligar a iluminação pública. ----------

---------- Relativamente às medidas preventivas vamos ter de as adotar, estamos neste momento a ponderar o que fazer, mas efetivamente se esta escalada de preços continuar, vão ter de ser tomadas outras medidas. Ainda há bocadinho, durante o dia, estava a falar como Senhor Vereador da educação sobre a pretensão de algumas escolas colocar ar condicionado. Está fora de causa colocar ar condicionado nas escolas, a não ser que seja para aquecimento e não se justifique outro meio de aquecimento. ----------

---------- Nós estamos neste momento a intervir para além da EB`s 2/3, em 10

EB1s e as intervenções que vamos fazer é sobretudo na eficiência energética. E na eficiência energética devemos privilegiar os sistemas passivos, ou seja, aquilo que são os vãos, coberturas, fachadas e a exposição solar. A climatização deve contemplar o aquecimento, porque para arrefecimento aquilo que temos de fazer, se for necessário, é colocar proteção pelo exterior, estores, lâminas, o que for. Fizemos essa intervenção em Meinedo, onde havia queixas de que as salas se tornavam muito quentes no período final da primavera e no verão e resultou na perfeição. O problema que existe nas escolas é no aquecimento e é isso que vamos fazer. Temos de padronizar as soluções, para simplificar a manutenção, e pensar sempre que as contas têm de ser pagas. Ter aquecedores numa escola e ficarem ligados durante as férias da Páscoa, como já aconteceu num passado longínquo, desculpem, mas isso não pode acontecer. ---------

---------- Se vamos adotar apenas as medidas que o Governo propôs ou não? Estamos ainda a ponderar. Se vai haver medidas para os privados? A Câmara não tem essa competência, quando muito poderíamos recomendar. A Câmara não tem qualquer competência para impor aos privados restrições no que respeita ao consumo de energia. ----------

----------Relativamente às questões que o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga colocou, da forma que expôs o problema parece que a Câmara está a prejudicar muito as Juntas de Freguesia, mas o Sr. Presidente reconheceu que para além daquilo que foi o aumento que a Câmara teve no FEF, também houve um aumento do género para as Juntas de Freguesia. ----------

----------Se efetivamente tivemos um aumento de transferências, também é verdade que tivemos um aumento de encargos. Ainda hoje tivemos uma reunião, eu e o Sr. Vereador da Educação, com o Sr. Delegado Regional da educação, e no que respeita às refeições escolares as contas estão a subir, e de que maneira. Nós vamos ter de assumir, pelo menos neste orçamento municipal, um custo acrescido muito substancial. Naquele acordo que foi assinado entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo ficou o compromisso do Governo nos ressarcir, mas pelo que sabemos ainda não está operacionalizado e pelo menos este orçamento municipal vai ter um peso brutal. Também ao nível do transporte escolar, vamos avançar com aquela medida de reduzir de 3 para 2 km e vamos aumentar outra vez a despesa. Portanto, não podemos olhar só para o lado da receita, porque temos efetivamente muitos outros encargos, muitas outras despesas. --------

----------E, depois queria lembrar que nesses anos que o senhor referiu, na maior parte deles a inflação foi residual. E, depois temos que pensar em todos os outros apoios que a Câmara já há muitos anos concede às Juntas de Freguesia, nomeadamente subsídios eventuais para algumas obras seja Capelas Mortuárias, ou o que for, seja em materiais, seja em equipamentos e tem havido esse espírito de colaboração que deve na minha opinião continuar e nós estamos predispostos a isso e, estamos predispostos conforme eu disse nas reuniões com o Sr. Presidente da Junta aumentar essas comparticipações para as Juntas de Freguesia e portanto o compromisso que assumi na última reunião é de fechar esse assunto este

ano. E, é isso que vai acontecer, pelo menos vamos trabalhar nesse sentido, enfim, podemos não ir de encontro às expectativas do Sr. Presidente da Junta de Silvares, mas naquilo que viermos a decidir serão utilizados critérios iguais para todos. ----------

---------Relativamente à questão dos leds se são mais eficientes? A poupança depende da potência. Antigamente, com as anteriores lâmpadas, esse problema era real porque as lâmpadas de vapor de sódio perdem eficiência à medida que vão envelhecendo. Na altura, quando colocamos os leds, tínhamos no concelho lâmpadas de 150 watts e de 70. De 70 eram poucas, a maior parte era de 150. E, nas medições que fizemos, verificamos que o consumo real de algumas era superior a 300 watts! Nos leds isso não acontece, temos uma potência definida e gasta aquilo. Ou seja, depende da potência. Quanto mais potência tiver mais gasta. Nós padronizamos a potência. Entretanto a colocação das novas já é responsabilidade da EDP, mas ainda que seja outra marca, solicitamos que seja a mesma potência para que o consumo seja igual. Enfim, pode fazer alguma confusão, por força de algumas publicações que vi nas redes sociais sobre eventuais malefícios da iluminação pública led, mas o malefício não é o led, é o exagero. Se fizéssemos o que outros municípios fizeram que foi colocar potências superiores, luz a mais, efetivamente estávamos a provocar um problema, desde logo porque a poupança não seria aquela que podia ser e, por outro lado, a luz a mais à noite é um problema ambiental sério. Basicamente, era isso que essa publicações procuravam demonstrar, porque isso mexe com os ecossistemas, ecossistemas que para funcionarem precisam de escuridão. Quando nós temos, como no nosso território, a construção muito dispersa, no fundo há uma invasão dos ecossistemas pelo exagero de luz, o que provoca incomodidade, problemas ambientais. É mais nesse sentido, portanto o led não é um mal em si mesmo. É, se abusarmos na quantidade de luz que depois colocamos no espaço público.» ----------

---------- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** ----------

--------Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal PRESENTES, com os seguintes pontos a deliberar: ----------

1. -------Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; ----------

--------**Intervenção do Membro Municipal LEONEL VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «Excelentíssima mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhores membros da Assembleia, estimado público e comunicação Social. ----------
A primeira abordagem queria saudar as excelentes intervenções que aqui

foram proferidas pela nossa colega da Bancada e Presidente da JSD de Lousada, Ana Cristina Moreira pelas questões aqui levantadas, pelas propostas pertinentes que aqui foram apresentadas e pelos assuntos pertinentes a favor da Juventude Lousada que aqui foram abordados. Espero e certamente o Sr. Presidente de Câmara irá tomar em atenção todos eles e irá dar seguimento a favor obviamente da comunidade em particular dos Jovens de Lousada. ----------

Queria referir entretanto o Sr. Presidente da Câmara bem como a Ana Cristina já outros aqui fizeram levantaram aqui a questão dos transportes. E a questão dos Transportes leva-nos a uma outra questão que aqui andamos há bastante tempo a tentar não abordar. Mas julgo que é chegada a hora de todos nós pensarmos se faz ou não sentido Lousada integrar a Área Metropolitana do Porto. No mínimo acho que deveríamos pensar, amadurecer o assunto e decidir. Aqui ainda agora mesmo o Sr. Presidente de Câmara na sua breve intervenção abordou aqui uma série de assuntos onde ficamos claramente a perceber que Lousada também perde quando não integra a Área Metropolitana do Porto. Lá está temos que ponderar quais são os benefícios que temos a integrar a área Metropolitana do Porto? Quais são os benefícios que temos em mantermos na CIM? Eu, pessoalmente não tenho nenhuma opinião formada, mas julgo que não viria mal nenhum ao mundo se todos nós um dia destes com calma, com tempo, bem fundamentados, com trabalho todo bem feito de casa pudéssemos aqui ou noutro foro qualquer debater esse assunto e decidir, decidir sempre a favor da nossa comunidade.----------

Uma outra questão que aqui o Sr. Presidente de Câmara levantou que tem a ver com o funcionamento dos serviços públicos do estado ou de empresas públicas ou semi-públicas. É verdade o caos está claramente instalado e não é só no IP é em todo o lado. Já aqui numa das últimas Assembleias Municipais, apresentei ou apresentamos uma Moção a propósito do péssimo funcionamento da Conservatória do Registo Predial, Civil e Comercial e Automóvel de Lousada, posso garantir que a situação não está igual nem melhor está claramente pior. ----------

Devo-vos dizer que a Conservatória de Lousada a continuar a funcionar como está é preferível que encerre, porque assim não engana ninguém quando precisarmos dos serviços daquela entidade pública é melhor recorrermos a Penafiel ou a Amarante ou a outro sítio qualquer, porque aí seguramente somos bem servidos. ----------

Por isso Sr. Presidente de Câmara fica aqui o repto, por favor insista junto do Sr. Ministro, aliás Ministra da Justiça ou do Sr. Primeiro-Ministro use as suas influências para que de uma vez por todas se resolva este dramático problema para os Lousadenses que é o mau funcionamento da Conservatória e de outros serviços que por aí estão espalhados no nosso concelho para não dizer do nosso país.----------

Outro assunto, o país e o mundo após a pandemia do Covi-19 foi surpreendido com uma guerra na Europa e também com uma crise inflacionista previsível até, aliás o aumento da inflação já estava acontecer muito antes da guerra da Ucrânia. Muitos países têm tomado medidas de

carater social e financeiro para ajudar e proteger os cidadãos e as famílias. Em Portugal além do governo, alguns Municípios têm tomado medidas reais, concretas de apoio aos seus munícipes principalmente aqueles que sobrevivem com maiores dificuldades. Em Lousada ainda não vimos que este executivo tenha tomada qualquer iniciativa ou medida sobre medidas de apoio às famílias e às empresas de Lousada. ----------
Entretanto e podia ter transformado isto numa Moção, mas julgo que devo fazê-lo aqui neste ponto. Deixo aqui algumas medidas e propostas para o Sr. Presidente de Câmara e Srs. Vereadores analisarem e poderem decidir enquanto executivo camarário, medidas concretas para ajudar as famílias e as empresas de Lousada neste período difícil que atravessamos e infelizmente com tendência para agravar. ----------
Uma sugestão congelar o aumento das rendas nas Habitações Sociais do Município, isto para o ano 2023; não aumentar o preço da água, do saneamento nem das taxas do RSU bem como alargar o âmbito da tarifa social para beneficiar mais agregados familiares. ----------
E, ainda para 2023 não proceder a qualquer aumento em todas as taxas e licenças aplicadas pelo Município. E, já agora devolver aos cidadãos de Lousada 50% do IRS, dos 5% que o Município de Lousada tem direito. Estas são sugestões, recomendações como queiram entender e obviamente que cabe ao executivo aceitar ou não e decidir tomar estas medidas ou outras que entendam por mais convenientes.----------
Um outro assunto que queria abordar e queria saber qual é o estado da arte e perceber o que é que o Sr. Presidente da Câmara tem andado a fazer. Como sabem todos os partidos com assento nesta assembleia CDS, PSD e o PS defendem a construção ou a criação de um novo Centro de Saúde em Lousada que sirvam as freguesias da zona do Mezio, zona ocidental do concelho, é público todos sabemos disso, mas também sabemos que em julho o último governo decidiu construir ou criar mais 58 Centros de Saúde em Portugal. Infelizmente nesses 58 não vislumbramos a construção deste Centro de Saúde para Lousada. ----------
Gostaria Sr. Presidente da Câmara que nos explicasse o que tem andado a fazer sobre este assunto e se podemos ou não ou melhor se as populações que poderão vir a servidas por esse Centro de Saúde poderão contar obviamente com este equipamento? E, qual é neste momento o ponto de situação? Muito obrigada.» ----------
--------**Intervenção de FAUSTO OLIVEIRA, Presidente de Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Coligação Acreditar Lousada:** «Senhor Presidente há bocadinho falou relativamente à situação das transferências e dos valores que foram do FEF, os dados que tenho do portal do Estado diz respeito a transferências do Fundo Financiamento para as Câmaras e para as Freguesias. E, tem muito a ver também com um aumento significativo de IMI e de IRS ao longo destes anos. Portanto, são receitas próprias quer das Câmaras quer das Juntas, ou seja, aliás o processo é similar e também para cumprimento da Lei de Finanças Locais e essas transferências são normais, no meu ponto de vista, acho que não tem nada a ver com outras competências que a Câmara assumiu que essas

têm transferências próprias, é preciso que isso fique claro. ----------
----------Relativamente ao IRS de facto aliás o nosso colega da bancada também falou relativamente à redução ou melhor entregue às famílias 50% porque de facto o IRS também aumentou significativamente nestes últimos anos e o Município tem beneficiado de muitas receitas relativamente ao IRS. Quando se fala em aumentos de 30% esses aumentos foram aumentos normais o que é facto é que as Juntas durante este período todo desde 2018 até agora não tiveram aumentos nenhuns da Câmara Municipal para as competências que tinham. E, não estamos a falar da questão da inflação, é sobretudo uma questão atual, mas de facto houve benefícios ou seja as Juntas tiveram ao nível do FEF e que as Câmaras tiveram em termos de aumento de receita, mas não houve a mesma comparticipação para as freguesias. E, na última reunião que tivemos, insisti naquela situação de se rever anualmente a situação das transferências para as Juntas, porque de facto essas transferências têm que ser atualizadas ano a ano. Espero que isso agora venha acontecer. Eu acho que já em 2018 tinha referido isso e não ficou plasmado e é importante que agora ficasse. -------
Eu vinha aqui falar de mais duas questões que são muito importantes. ------
----------Eu queria saber Sr. Presidente o que é que o Município tem feito ou que acho que era mais importante começar a pensar mais seriamente no assunto e que não seja só comemorações de dias importantes sobre por exemplo a questão da deficiência e a questão da mobilidade. Há um conjunto de barreiras arquitetónicas que existem em muitos edifícios que ainda se constrói barreiras arquitetónicas no espaço público, problemas terríveis alguns deles perigosíssimos em termos de por exemplo de quedas. Ainda hoje mandei para o Sr. Vereador uma situação que já existe há alguns anos. De facto acho que era importante que o Município tomasse uma posição, um estudo sério sobre o assunto e fazer uma intervenção sobre a questão da mobilidade sobretudo para invisuais, para um conjunto de áreas deficiência de cadeira de rodas ao nível daquilo que é o espaço público e também intervir ao nível da construção impondo de facto regras muito claras sobre a mobilidade e sobre acessibilidade para pessoas com deficiência. Portanto, isto é uma situação importante.----------
----------Outro assunto que gostava de falar aqui que o Sr. Presidente, não está aqui o Sr. Vereador do Ambiente tem a ver com Área Protegida do Sousa Superior. Ou seja, nós aprovamos aqui há uns anos Área Protegida Sousa Superior, não é, e muito bem, e eu na altura alertei para um conjunto de perigos que esta situação podia ter, por exemplo em termos de licenciamento. É um empecilho já, porque eu sei, é um empecilho já o tempo que demora a direção desta área emitir pareceres sobre algumas situações de obras públicas por exemplo. Eu acho que isso não é razoável. Não sei em concreto o que se passa com obras particulares, mas é importante que a direção desta área protegida tenha uma maior celeridade na emissão de pareceres para que não embargue os processos que já de si são demorados das burocracias que este país tem na aprovação de projetos, por exemplo de urbanismo, projetos de construção, projetos até de alargamentos de estradas. Esta é uma situação. ----------

----------Outra situação que me preocupa é o que está a ser feito em Pias naquela área pelo que me parece está completamente votado ao abandono, não foi feito limpeza, o charco está para lá abandonado, penso que será um pouco para que os animais estejam à vontade, penso que pode ser por isso, mas de facto e as rãs e essas coisinhas todas, mas de facto dá-me a impressão que não há uma preocupação efetiva do Município com aquela área. Coisas paradigmáticas por exemplo para quem percebe um pouco disso um rego de regadio faz-se limpeza em junho, julho até melhor junho até ao dia de São Pedro. Este ano o pessoal da Câmara foi fazer a limpeza do rego que dá acesso ao lago em outubro, quando estamos agora perto das cheias, portanto são questões que deviam ser pensadas de uma forma melhor, mais articuladas e, já me disponibilizei enquanto Junta de Freguesia para colaborar com o Município em um conjunto de coisas, mas até agora não tenho visto da vontade do Município nenhuma intervenção naquela área. Eu gostava de saber Sr. Presidente qual é a sua posição sobre o assunto? Porque acho que era um ponto importante para o Município, mas está neste momento botado ao abandono e quase esquecido. Muito obrigado.» ----------

--------**Intervenção do Membro Municipal AGOSTINHO GASPAR, Coligação Acreditar Lousada:** «Boa noite, cumprimentar a mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sra. vereadora, Srs. Vereadores, caras colegas do Partido Socialista, do PSD, do CDS, excelentíssimo Público e caras e caros Lousadenses que nos estão a ver e ouvir em casa. Eu pedi a palavra porque ando há demasiados anos na política autárquica ouvi falar num novo projeto de transportes públicos para Lousada. Tenham paciência, mas eu ouço isso em todos os debates, em todas as eleições autárquicas e em todas, quer já o anterior Presidente da Câmara, mas vamos só falar do Dr. Pedro Machado, estava para breve, temos já para dentro de dias, temos aí soluções. E, aquilo que me levou hoje a usar da palavra Sr. Presidente é o que aqui hoje foi dito é mais grave, sabe porquê? Porque hoje disse aqui que a CIM não tem solução. A CIM, a Comunidade Intermunicipal do Vale de Sousa e Baixo Tâmega está nas mãos dos operadores de transportes, isto é, de dois ou três empresários de carreiras velhas, é isso que está. Eu vi em Guimarães o problema foi resolvido. Eu não sei se a associação que vão aprovar aí a seguir para investimentos se é para isto. Se for tudo bem. Agora, eu acho que a CIM não pode ser apenas um conjunto de ilustres Presidentes de Câmara que se reúnem para distribuir fundos comunitários. Tem que resolver problemas, tem que se aplicar, tem que fazer um estudo sério sobre aquilo que é importante e no caso dos transportes, desculpe são mais de 20 anos. ----------

Há bocadinho a colega Dra. Eduarda falava aqui que ela sempre teve, porque Lustosa vai tendo, Lustosa tem para Vizela e Vizela/Braga, não disse tudo, não é!... Mas não tem Lousada, não tem para a Vila, mas por outro lado tem por isso é que fazem a vida em Vizela, não é!... Até se fez uma variante que é para ver se vêm, mas não vêm na mesma. ----------

----------Agora é preciso explicar, é preciso explicar e não estou a dizer que a culpa é do Presidente da Câmara de Lousada, não estou a dizer isso, mas

estou a dizer que é muito grave hoje ser afirmado aqui nesta Assembleia Municipal pelo Sr. Presidente de Câmara que a CIM não tem soluções. Aliás nem estou a perceber para quê que se andam a fazer os barracos, ou seja, as estações de camionagem, Penafiel e Lousada, quer dizer não há autocarros. ----------

----------Há bocadinho falaram de Braga, a minha filha está na UTAD também não tem, quer dizer mas isto é geral. ----------

O Dr. Leonel veio aqui falar é preciso repensar. Não, não, é preciso é a nossa instituição, peço desculpa, começar a trabalhar e a pensar a resolver problemas, porque este é um problema sério. Nós não podemos andar a defender o ambiente, a defender estas questões e depois dizer: *"Mas oh pá, mas andem todos de carro"* porque não há soluções, se eles não vierem. ----------

Repare mais de 70 ou 80% dos Lousadenses não sabem que podem entrar no autocarro das crianças que vem para a escola todos os dias, porque podem. É por isso que eles veem, era assim. Depende dos autocarros, evidente que sim, claro, mas regra geral podem, mas a população nem sabe disso, não sei se sabe. Eu não preciso disso, eu sou privilegiado. Mas como ser privilegiado que sou quer dizer custa-me muito ver quem não é.

----------Efetivamente custa-me ver que a CIM, a nossa comunidade, esta nossa grande Instituição do Vale do Sousa e Baixo Tâmega não tem e assume a incapacidade de resolver um problema destes. ----------

Desculpem, mas acho que não faz sentido, acho que a CIM tem que ter capacidade para resolver este problema e outros e é para isso que faz sentido que exista. É só. Muito obrigado.» ----------

--------Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista Quanto à questão da CIM só tenho uma dúvida que é: acho que não devemos ter pressa ou ansiar em pertencer à Área Metropolitana do Porto, com o prejuízo que daí pode advir, seremos um concelho mais pequeno e no meio daquele meandro de grandes concelhos poderemos ficar perdidos, porque pode acontecer isso. Mais ainda, quando há especificamente financiamentos próprios para as Comunidades Intermunicipais. Portanto, peso e medida certamente, mas acho que há aqui que ter em atenção estas situações. Dizer também que relativamente à mobilidade, já o senhor Presidente aqui disse que é preciso ter em atenção a viabilidade das carreiras. Tenho ideia que se já se fizeram carreiras de teste e não houve adesão. E, portanto, também se a CIM tem aqui um papel importante, também temos de ver o reverso da medalha, que é: se há ou não viabilidade nas carreiras. O Sr. Gaspar está a abanar a cabeça, mas nós sabemos que até o estado teve a necessidade de utilizar publicidade institucional para a utilização de transportes públicos. Eu ia todos os dias para o Porto e via e, nós sabemos disso... pessoas sozinhas nos seus carros particulares. Isto acontece. Nós temos que ver também esse revesso.» ----------

--------Intervenção de NUNO DANIEL FERREIRA, Presidente de Junta de Freguesia de Meinedo, Partido Socialista: «Excelentíssima senhora Presidente, senhores Secretários, senhor Presidente de Câmara, senhora e

senhores vereadores, estimados colegas, senhoras deputadas e deputados Municipais, excelentíssimo público, lousadenses.----------
---------Efetivamente comungo da opinião do meu colega da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. Urge e estamos a trabalhar nesse sentido e que estejamos todos no âmbito do processo de Transferência de Competências numa forma construtiva nesse processo e, esperemos que até ao final do ano que é nesse intuito que temos vindo a trabalhar que efetivamente essa questão e tenho a convicção que irá ficar encerrada, que é esse o propósito que estamos aqui todos. ----------
Penso que não faz muito sentido irmos buscar 2018, 2019 esses anos, estamos numa nova legislatura, devemos começar a trabalhar e focar após o início dessas funções. E, tendo isso em consideração, queria colocar uma questão ao Sr. Presidente desde que iniciei funções, temos sido abordados e temos vindo a sinalizar uma série de questões que já foram aqui faladas anteriormente relativamente à EDP. Todos os pedidos que a Junta de Freguesia de Meinedo solicitou através da Câmara Municipal nenhum, nenhum foi satisfeito. Portanto, gostaria de saber que tipo de diligências? E, o que é que foi feito? E, que resposta é que poderei dar aos Magnetenses.»-
-------- **Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Relativamente à intervenção do Dr. Leonel Vieira sobre ponderar a integração na Área Metropolitana, podemos ponderar todos, mas não podemos decidir. A nossa decisão vale zero, não é assim que as coisas funcionam. Aliás, houve um município vizinho que decidiu em Assembleia Municipal e isso vale o que vale, porque as alterações das NUT3, dependem da aprovação da própria União Europeia. ----------
---- O problema é que efetivamente a composição da própria Área Metropolitana está uma coisa muito esquisita, muito disforme. Quando nós vemos lá Municípios que de metropolitanos não têm nada, leva que outros tenham pretensões de integrar essa Área Metropolitana, sobretudo se acontecer aquilo que aconteceu neste quadro comunitário que está agora a terminar, em que efetivamente houve um prejuízo para alguns Municípios que não integram a Área Metropolitana, aqueles que têm uma matriz mais urbana e que se viram impedidos de aceder aos fundos comunitários para a reabilitação urbana que estiveram disponíveis para a Área Metropolitana, mais propriamente os PEDU`s (Planos de Desenvolvimento Urbano). A reabilitação urbana teve dois tipos de apoios, os PEDU`s e os PARU`s. No caso da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, apenas Penafiel é que pôde aceder aos PEDU`s e porquê? Porque alguém em Lisboa decidiu fazer no mapa umas bolas e criar uns Centros Regionais e uns Centros de Nível Superior e não sei quê... E, depois queriam verter aquilo no Plano Regional de Ordenamento do Território, na altura surgiu contestação e esse Plano Regional acabou por não ser aprovado, foi finalizado e não foi aprovado, todos os autarcas de maneira geral se insurgiram contra aquilo, mas o certo é que depois ao construírem este quadro comunitário foram aproveitar aqueles conceitos. Nós andamos estes anos todos a batalhar e no fundo a apelar para quem direito de que isto foi uma injustiça. E justiça lhe seja feita, o anterior Presidente da Comissão de Coordenação da

Região Norte percebeu que os Municípios do Tâmega e Sousa tinham razão, portanto Lousada, Felgueiras, Paços de Ferreira, Amarante e Marco de Canaveses, porque efetivamente foram prejudicados. E, entretanto, numa das primeiras reprogramações nós fomos o território que mais incremento teve na distribuição dos fundos comunitários para a reabilitação urbana. ----------

Temos alertado o Presidente da Comissão de Coordenação e a Senhora Ministra da Coesão, porque desta vez não pode ser assim. O facto de estarmos na Comunidade Intermunicipal não pode ser um fator que nos prejudique, antes pelo contrário, a nossa pretensão é que isso seja motivo para que haja uma discriminação positiva. E, fora essa questão do acesso aos instrumentos de apoio, aos instrumentos financeiros, não vejo nenhuma vantagem de pertencer a uma Área Metropolitana. Isso não nos impede nem nos deve impedir, antes pelo contrário, de estabelecer relações de cooperação com a Área Metropolitana. Aliás, foi isso que fizemos na área dos transportes, negociamos com o Presidente da Área Metropolitana e fomos bem-sucedidos, e se nós tivemos um incremento de despesa orçamental com o PART, a própria Área Metropolitana também o teve com a nossa integração no passe combinado com o Metro. Temos tido ótimas relações com a Área Metropolitana. Acho que agora não tem sentido reconfigurar toda a nossa organização administrativa. Seria a destruição da própria Comunidade Intermunicipal que no seu início ninguém percebeu como é que ela nasceu, porque efetivamente tem territórios com realidades muito díspares. Mas, entretanto, com a experiência, com o conhecimento e com as relações que se foram criando, institucionais e de amizade, foram-se criando laços de proximidade, ao ponto de essas diferenças não serem problema, mas antes um desafio que acaba por enriquecer ainda mais o território. E, portanto, neste momento aquilo que vos posso dizer é que existe um ambiente muito favorável na Comunidade Intermunicipal, de concertação e de entendimento, e isso é reconhecido por todos e nem sempre foi assim. É evidente que o período mais crítico vem aí que é a distribuição dos fundos deste novo quadro comunitário, em que a tensão vai aumentar, mas estamos todos confiantes de que esse clima de entendimento vai continuar, vai perdurar e acho que este capital que se conseguiu construir não devia ser destruído ou prejudicado e estas ideias, estas dúvidas, apesar de legítimas, podem criar instabilidade. Quem sou eu para criticar o município A ou B da sua pretensão, mas cria sempre alguma instabilidade no seio da Comunidade e acho que levantar essa questão não iria aproveitar a ninguém, mas vocês farão o que entenderem. ----------

------- Relativamente ao funcionamento da Conservatória, na sequência daquela Moção que foi aqui aprovada, nós fizemos chegar a mensagem a quem de direito. E, entretanto, continuamos a interagir com a Agência para a Modernização Administrativa por causa da Loja do Cidadão, mas o mau funcionamento não tem apenas que ver com as instalações, tem que ver com recursos humanos. É exatamente esse o principal problema, porque as instalações podem não ser ótimas, que não são, não são minimamente adequadas, mas não é esse o principal problema, o

problema é a necessidade de reforço de recursos humanos. Estamos a diligenciar no sentido de resolver este problema com a urgência necessária. ----------Relativamente às medidas que o Sr. Deputado propôs, vamos ponderá-las, embora confesso que estou muito preocupado com o que aí vem, em função desta instabilidade que referiu da guerra e da crise inflacionista e sobretudo do aumento de custos naquilo que vai ser a despesa corrente do Município. Dei-vos o exemplo das Piscinas Municipais. Agora, imaginem com todos os equipamentos que nós temos como é que vai ser. Portanto os tempos que aí vêm vão ser tempos de grandes dificuldades, não só para os cidadãos e para as empresas, mas também para as Câmaras Municipais. Mas vamos ponderar o que é que será possível relativamente às medidas que propôs. ---------- ---------- Relativamente à construção do novo Centro de Saúde foi uma das propostas que nós contemplamos no nosso compromisso eleitoral. Temos articulado este assunto com as estruturas da saúde e a maior dificuldade que estão a apontar é que este novo Centro de Saúde precisa de ter pelo menos três listas de doentes para que seja sustentável, porque se assim não for terá problemas, como já existiram em Meinedo. Tendo menos do que três listas, basta faltar um médico e é logo um problema tremendo. ---------- Solicitamos ao ACES que verificasse a residência de todos os utentes que estão aqui no centro de saúde, para sabermos de que freguesia são, porque poderá ser possível que eles depois se transfiram, de uma forma pacífica. Neste centro de saúde de Lousada temos duas USF, portanto este assunto requer que haja acordo também com os médicos e com as equipas que fazem parte dessas USF. Com um novo centro de saúde íamos resolver dois problemas, por um lado íamos conseguir maior proximidade, porque a resposta ia estar mais perto das pessoas e, por outro lado, íamos libertar espaço no edifício do centro de saúde de Lousada, que é muito necessário para outras dimensões que nós, Saúde e Câmara, queremos implementar nesse centro de saúde, mas que não temos conseguido por falta de espaço para o efeito. Dou-vos apenas um exemplo. Queremos que haja mais uma cadeira de dentista, porque nem todos os nossos concidadãos têm recursos para ir aos consultórios privados. Há a pretensão de se melhorar esse serviço, de criar mais oferta, mas há a limitação do espaço. Esse é apenas um exemplo, mas há outras valências, nomeadamente ao nível das análises e não só, mas a limitação de espaço não permite avançar nesse sentido. Estamos a trabalhar nesse sentido. O facto de não estar identificado naqueles 58 equipamentos não é impeditivo que venha a ser uma realidade. A principal dificuldade, que está a ser trabalhada para se resolver, é efetivamente haver utentes suficientes para que se possa prestar um bom serviço nessa nova estrutura. ---------- --------- Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta acho que não vale a pena estarmos aqui a esgrimir argumentos. Vamos ter essa discussão na próxima Assembleia Municipal e nas próximas reuniões de concertação que vamos fazer e depois teremos tempo. Disse que insistiu para a necessidade de uma atualização anual. Não precisou de insistir, porque logo nas primeiras reuniões reconheci que faz todo sentido que

nestes acordos que nós vamos estabelecer fique previsto um mecanismo de atualização anual. Isso está assente desde as primeiras reuniões. ---------
----------Relativamente às barreiras urbanísticas, eu vi aquilo que mandou, apesar de não ser público é um espaço de acesso livre e vamos notificar o condomínio para corrigir aquilo. Nas intervenções que o Município tem feito temos procurado que elas sejam feitas sem essas barreiras urbanísticas. Haverá ainda algumas coisas para corrigir, à medida que elas são sinalizadas. É isso que temos feito. No que respeita aos prédios privados, de quando em vez deparamo-nos com algumas situações, mas quando elas estão identificadas são corrigidas. ----------
As situações que existem para resolver são mais antigas, nos novos prédios já foi obrigatório e também agora há outra sensibilidade. Mas, sim, é uma matéria que nos deve preocupar a todos porque para os nossos concidadãos com mais limitações em termos de acessibilidade, aquele pormenor ou aqueles pormenores fazem toda a diferença. E, temos que ter um olhar cada vez mais atento para essas realidades. ----------
----------Relativamente à Área Protegida do Sousa Superior, é a primeira vez que ouvi existir problemas na demora da resposta. Presumo que seja alguma intervenção da Junta e vou procurar saber qual é o estado da arte, e se foi um caso pontual, por alguma razão, ou se é algo mais generalizado.
---------- Relativamente ao abandono de Pias, não será um abandono. O charco deve estar o mais naturalizado possível, não é propriamente um lago de um jardim, não é?! ----------
-------- Relativamente à limpeza do regadio, não sei dizer-lhe porque é que foi feito naquela altura e não noutra. ----------
----------Relativamente à nossa visão, é uma área estratégica para o concelho. O senhor Presidente sabe qual foi o objetivo da aquisição de todos aqueles terrenos, é para ali concretizar um projeto estruturante na área do ambiente. Nós andamos já há muito tempo a pressionar a Agência Portuguesa do Ambiente para que no âmbito do Fundo Ambiental possa celebrar com o Município Lousada um protocolo no sentido de comparticipar alguns projetos que nós gostaríamos de levar a cabo. Um deles tem que ver com a renaturalização das margens do Rio Sousa também nesta área. ----------
---------- Temos um outro projeto para revitalizar aquelas construções que lá estão. Aliás já divulgamos inclusivamente o projeto, que está pronto, e estamos na expectativa de começarem a sair avisos ou então o dito protocolo que já nos foi prometido e que já esteve inclusivamente aventada uma data para o efeito, deve estar mesmo para breve e vai permitir-nos recuperar ali uma parte da margem do Rio. ----------
------- Mas relativamente àquela área em particular temos o projeto pronto e na expetativa de termos apoio no próximo quadro comunitário. Esta semana houve reuniões entre a Comissão de Coordenação e a União Europeia, reuniões finais, e muito em breve a CCDR vai começar a negociar com as Comunidades Intermunicipais a divisão desses fundos e, é expectável que no início do próximo ano comecem a sair avisos e este será um dos primeiros projetos que será objeto de uma candidatura. ----------

----------Relativamente à intervenção do Dr. Agostinho Gaspar sobre o novo projeto de transportes públicos, disse que eu teria dito que a CIM não tem solução. Eu não disse que a CIM não tem solução! O que eu disse é que se nós pensarmos que vamos ter carreiras com caráter regular, hora a hora, em todas as freguesias, a ligar todas as freguesias e a ligá-las a todos os concelhos, desenganemo-nos, não vamos ter, pelo menos a curto prazo, porque não é sustentável. ----------

---------- Relativamente aos estudos que diz que deviam ser feitos, eles foram feitos. Esta concessão de que vos falei foi um concurso público internacional e o primeiro trabalho que se fez foram os estudos, nomeadamente um estudo de procura. É evidente que tínhamos um referencial que eram as concessões que existiam com o IMT, mas depois fez-se um estudo de procura só para validar aqueles dados, mas, à partida, se efetivamente houvesse outras áreas dos concelhos que tivessem potencial para novas carreiras, os próprios operadores teriam proposto isso lá atrás. ----------

----- O grande problema relativamente às que já existiam, é que algumas não eram sustentáveis e ninguém pode obrigar um operador económico a prestar um serviço a perder dinheiro. Eles não concorrem simplesmente, por isso é que lhe estava a dizer que num outro lote que não abrange o nosso concelho, abrange concelhos mais rurais, o operador estava na dúvida se devia assinar, ou não, porque entendia que aquilo não ia ser sustentável. Depois acabou por assinar, mas efetivamente se a procura que está identificada nos estudos que estiveram subjacentes à abertura do concurso não se confirmar, ele vai pedir um reequilíbrio económico-financeiro do contrato. E, portanto aqueles municípios vão ter que indemnizar o operador porque efetivamente havia uma expectativa de procura que não se confirmou. E, por isso é que eu disse que depois de termos o contrato assinado, e isto não é ficção, estamos mesmo só à espera do visto do Tribunal de Contas, vamos procurar resolver aquelas zonas que tenham menos cobertura com outro tipo de respostas que não propriamente ir lá autocarros a circular vazios ou com duas ou três pessoas. ----------

----- Aliás mesmo nas carreiras que existem, se vocês tiverem o cuidado de ver, fora das alturas do ano escolar os autocarros levam muito pouca gente. E, quer dizer, estar a pensar em incrementar carreiras para os autocarros andarem com meia dúzia de pessoas não é sustentável, portanto temos de procurar outro tipo de respostas e depois ir afinando em função da procura que existir. Se houver mais procura ótimo, vai-se melhorando depois o serviço. ----------

------- É evidente que podemos sempre pensar noutras soluções e no limite até poderia haver um sistema como referiu de Guimarães, de transportes públicos municipais ou intermunicipais, mas íamos ter o mesmo problema porque não interessa se o autocarro é privado ou se é público. O que interessa é saber se há procura para as carreiras que vão ser lançadas. E, se não houver procura que justifique ter um autocarro numa determinada carreira, com uma determinada frequência, temos de procurar outro tipo de soluções. É isso que vai ser feito, é isso que está previsto, nomeadamente a questão do transporte a pedido. ----------

-------- Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Meinedo, gostava de lhe dar uma resposta concreta, mas não consigo. O que lhe posso dizer é que temos insistido permanentemente com a EDP, nomeadamente com o Diretor Regional. Ainda há pouco teve aqui numa reunião e pediu desculpa porque estão a ter muitos problemas, que não estão a conseguir empresas suficientes para o trabalho que aparece. E o que lhe disse é que se calhar tem de pagar mais para que essas empresas estejam disponíveis para trabalhar para a EDP. O que não faz sentido é nós termos aqui pendências de meses, com coisas tão banais como essas que referiu. E por isso é que eu estava a dizer que vamos ter de ver do ponto de vista contratual se podemos fazer alguma coisa. Embora aí também há uma fragilidade porque a concessão está a chegar ao fim. Mas confesso que nunca vi por parte da EDP um serviço tão mau como atualmente está a ser prestado. E, para já não falar dos correios.----------

-------- A Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal e discussão de outros assuntos de interesse do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), com a presença dos 34 membros. ----------

2. ------- Alteração ao Mapa Pessoal 2022----------

--------A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de setembro de 2022, deliberou por unanimidade submeter a conhecimento da Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da alteração do Mapa de Pessoal para 2022, consubstanciada na substituição dos 5 postos de trabalho não ocupados na carreira de Assistente Operacional – Serviços Gerais - Refª. 1.4.20, por 5 postos de trabalho na carreira de Assistente Operacional – Ação Educativa - Refª. 1.4.1., cumprindo o estipulado na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação.----------

--------Sem Intervenções. ----------

-------- Efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**----------

-------- No uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada tomou conhecimento da aprovação da alteração do Mapa de Pessoal para 2022.-**

3. -------Constituição de Associação de Direito Privado – Douro, Tâmega e Sousa, Invest. – Adesão. - (Retirado pelo proponente) ----------

4. -------2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e 3.ª ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos – Ano de 2022.-

--------A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de setembro de 2022 deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal de Lousada aprovação da 2.ª Alteração ao Orçamento da Receita e 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos, nos termos previsto e para os efeitos preconizados na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação. -

--------Sem Intervenções. ----------

-------- Efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**----------

-------- No uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 34 votos a 2.ª Alteração ao Orçamento da Receita e 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos – Ano de 2022.**---------- ----------

5. -------Atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, no valor de 3.027,03€, para obras de conservação e melhoramento do Espaço Desportivo de Alvarenga. ----------

--------A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 06 de setembro de 2022 deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, no valor de 3.027,03€ (três mil, vinte e sete euros e três cêntimos), para as obras de conservação e melhoramento do Espaço Desportivo de Alvarenga, nos termos previstos e para os efeitos preconizados na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação. ----------

--------**Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Só para que fique claro que não foi nenhuma compensação pelo facto de não ter tido uma atualização no ano anterior». ----------

-------- Efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**----------

-------- No uso da competência prevista na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **a Assembleia Municipal de Lousada**

aprovou por unanimidade de 34 votos a atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, no valor de 3.027,03€ para as obras de conservação e melhoramento do Espaço Desportivo de Alvarenga. ----------

6. ------- Atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia do Torno, no valor de 12.000,00€, para aquisição de viatura de Transporte Escolar. ----------

--------A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de setembro de 2022 deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia do Torno, no valor de 12.000,00€ (doze mil euros), para aquisição de viatura de transporte escolar, nos termos previstos e para os efeitos preconizados na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação. ----------

--------**Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «Antes de mais, julgo que: porque o assunto nunca foi debatido na Assembleia Municipal e também provavelmente não teria que ser!.. Mas, julgo que este programa deveria no mínimo, as condições e as cláusulas deste programa deviam vir anexadas a esta proposta. ----------
No entanto, obviamente, que tivemos acesso a essa informação por outros meios, mas acho que numa próxima oportunidade deveria vir anexada a esta proposta esse mesmo programa. ----------
Essa questão dos transportes públicos, nós sabemos que tragédia que é aqui em Lousada, hoje aqui foi abordado o assunto, não tem diretamente a ver com isto, mas é preciso dizê-lo que as Juntas de Freguesia prestam um extraordinário serviço à comunidade quando trabalham afincadamente na resolução deste problema que é o transporte das crianças para as escolas e das escolas para casa, por isso estão todos mas mesmo todos de parabéns pelo trabalho desenvolvido há décadas neste Município, seguramente noutros também. ----------
Dizer-vos que até para evidenciando o trabalho das Juntas de Freguesia, entendemos nós que o valor que é proposto pelo executivo camarário é manifestamente insuficiente para as necessidades das Juntas de Freguesia. Se fossemos nós seguramente o valor seria superior. Eu sei que é fácil dizê-lo, mas acreditem que atendendo ao trabalho que por vós é executado sois seguramente merecedores de um valor bem superior para o trabalho que estão a executar. ----------
E, mais ainda, nós faríamos diferente, nós não daríamos o montante em função da aquisição da carrinha, mas em função do número de crianças que transportam diariamente. E, esse valor seria por nós atribuído anualmente e a gestão deveria ser feita pelas Juntas de Freguesia, porque nós acreditamos e confiamos na gestão dos Presidentes de Junta. Muito Obrigada.» ----------

--------**Intervenção de FAUSTO OLIVEIRA, Presidente de Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Coligação Acreditar Lousada**: «Eu de facto vinha falar um pouco sobre isso e comungar daquilo que o Dr. Leonel Vieira disse, porque se nós formos a ver este programa, este programa não vai atingir todas as freguesias porque vai depender apenas de que as carrinhas estejam em fim de vida. Portanto não é equitativo para todas as Freguesias, só aquelas que têm carrinhas em fim de vida é que vão fazer. E, portanto cheguei a sugerir isso em reunião porque achava que era mais justo encontrar um valor que depois as Juntas deviam gerir ao longo do ano e era mais equitativo para todos e ajudava de facto as Juntas a ter um serviço, digamos, melhor. ----------
E, só para brincar um pouco aqui com o Sr. Presidente como ele há bocadinho também brincou comigo!... De facto é fácil fazer um brilharete destes de dizer assim: agora pego em 104 mil euros ou coisa parecida, que é o que no fundo as Juntas vão ter ao longo dos próximos três anos, segundo o quadro das carrinhas que vão ser apoiadas pelo menos é mais ou menos isso, portanto mesmo assim é metade daquilo que o Sr. Presidente não transferiu para as Juntas e agora vai fazer aqui um brilharete adicional com esta situação. Ainda assim impondo-nos publicidade, não é!... Fica caro para as Juntas a publicidade que nós vamos pôr nas carrinhas.» ----------

--------**Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAR, Coligação Acreditar Lousada:** «Gostaria de fazer uma proposta ao senhor Presidente, que é: eu até acho que devia ser os senhores Presidentes de Junta a fazê-lo, mas tudo bem, cada um é que sabe. Eu não acho que deveria ser condição para receber o subsídio ter o logótipo da Câmara, não é o logótipo é: "com o apoio de". Repare uma carrinha de 9 lugares custa 40 mil euros hoje, de grosso o modo. É preciso dizer que subiu o preço quase em dobro. Estas carrinhas custavam 22, 23 mil euros e não sou vendedores de automóveis, mas fui ver, está na net. A inflação aqui é quase 100%, os senhores Presidentes sabem do que estou a falar. E, depois para dar 5 mil euros tem que pôr nas portas da carrinha com a dimensão certa, bem a dimensão acho bem o logo tem que ter um certo padrão. Mas, não se pode por aí o nome da Câmara de qualquer maneira. Mas, "com o apoio de"1..., Ó senhor Presidente: Os senhores Presidentes de Junta estou convicto que vão pôr "com o apoio de", mas acho que lhe ficava bem retirar da obrigação para receber o apoio o "apoio de"... Francamente, porque acho que eles vão todos pôr, mas ficava-lhe bem retirar essa obrigação, sabe porquê? Porque, não leve a mal e agora um bocadinho de brincadeira, mas nós não podemos estar todos os dias a falar mal do PUTIN e depois pôr esse tipo de regras. Não faz sentido, isto não tem jeito. Obrigada.» ----------

--------**Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «Em jeito de provocação, estou a gostar muito das propostas da oposição, hoje. Acho que em breve vocês não são bancada do PSD/CDS, vocês são comunistas, bloquistas, porque de facto aquilo que foi aqui proposto, diz aqui o senhor deputado e bem, não custa propor, custa é saber posicionar-nos no papel de quem tem que decidir e tomar decisões

sobre o erário público, mas isso já são outras histórias. Agora em relação às verbas atribuídas às Juntas de Freguesia quanto a este apoio das carrinhas. Vão ser atribuídas, tomara o executivo dar mais, tomara o executivo até pagar a totalidade das carrinhas. Está - se a dar uma verba de ajuda e, creio eu, o que vos causa aqui comichão, que é assim uma palavra um bocadinho feia, mas é isso, é o logótipo da Câmara de Lousada. Eu percebo, eu percebo, porque é chato e vem relembrar, realmente, pronto, enfim... a vitória daqui do nosso executivo. Eu posso dizer isto, porque pronto sou PS. Mas pronto para fazer assim tanta confusão, tem razão, mas para vos fazer assim tanta confusão, realmente deve haver aí alguma... pois não é da minha parte senhor deputado, não é da minha parte!...Dizer só quanto a essa questão, é normal e podem ver isso numa série de iniciativas quando têm o apoio de alguma instituição, de algum fundo, de alguma identidade ou o que quer que seja. Consta lá efetivamente o logótipo dessa instituição, dessa entidade ou quem quer que seja.» ----------

-------- Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:

---------«Relativamente à intervenção do Dr. Leonel Vieira, sim, se tivéssemos junto a proposta com os critérios facilitava a vossa análise, mas é muito simples. Foram definidos critérios de elegibilidade, ou seja, em que condições é que as Freguesias podem candidatar-se a este apoio. Será no caso de pretenderem adquirir viaturas de transporte escolar para afetar ao transporte escolar, quer seja para substituir aquelas que, por força da idade, deixaram de poder circular na estrada, ou seja, que têm mais de 16 anos, ou então se houver necessidade de incremento do serviço, porque nem todas as juntas de freguesia têm a mesma intensidade de serviços e pode haver essa decisão de aumentar e haver necessidade de reforçar o número de viaturas para afetar a esse serviço. Esta proposta foi discutida com as Juntas de Freguesia e até foi o senhor Presidente de Junta da União de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga que colocou essa questão que tem que ver com as carrinhas que apesar de não terem os 16 anos de idade possam ter já problemas graves mecânicos e, por isso, ficou definido também que se porventura a despesa acumulada, mais aquela que é necessário para a reparação, exceder 25% do valor da viatura que isso poderá ser também condição de elegibilidade para a sua substituição.----------

Estou de acordo com o Sr. Deputado quando diz que efetivamente as Juntas de Freguesia prestam um serviço de grande importância. Todos nós, ou muitos de nós, íamos a pé para escola, mas atualmente isso não é assim e não pode ser assim. As Juntas de Freguesia têm aqui um papel fundamental, porque nem todos as famílias têm essa possibilidade de levarem os filhos à escola e esse serviço tem uma importância extramente grande no dia-a-dia dos nossos concidadãos. E, reconhecendo a importância desse serviço e percebendo as dificuldades dos Srs. Presidentes de Junta que ao longo dos tempos nos foram relatando, apresentamos esta proposta. As Juntas de Freguesia conseguiam acomodar os custos com a amortização e os juros, embora nem todas têm essa política e algumas até compram a pronto, mas uma grande parte das Juntas recorrem ao Leasing e a grande dificuldade que tinham era fazer face aquele impacto da

entrada inicial. Então o critério foi definir um valor que fosse suficiente para fazer face a essa entrada na ordem dos 10, 15%. ----------
Por isso é que os valores que vieram a ser definidos foram dessa ordem de grandeza. É evidente que se fosse mais, melhor, mas se nós tivéssemos proposto o dobro, vocês propunham o triplo e se nós tivéssemos proposto o triplo, vocês propunham o quadruplo. Isso é dos livros, não é? Percebo isso. Mas foi um valor que consideramos importante para as Juntas de Freguesias e a Câmara vai fazer aqui um esforço, mas é por uma boa causa, porque efetivamente o que nós queremos é que o serviço continue, que seja melhorado e atendemos a essas pretensões das Juntas de Freguesia. Porque é que nós decidimos apoiar a aquisição da viatura e não propriamente transferir uma verba mensal ou anual para as Juntas de Freguesia? Porque iam ser verbas de pouca expressão, diminutas. É evidente que podemos sempre dizer como dizia o Sr. Presidente de Junta da UF de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: "Bom, depois compete a cada Junta de Freguesia fazer o seu fundo de maneio para quando for necessário substituir ter lá esse fundo. Era outra opção, mas foi esta que defendemos e até conseguimos um grande consenso relativamente a este assunto e a proposta foi apresentada à reunião de Câmara neste sentido. Por outro lado, essa alternativa também não nos parecia muito bem porque as realidades são diferentes de Junta para Junta, os preços que praticam são diferentes e por isso pareceu-nos mais adequado a Câmara comparticipar a aquisição da viatura, e deixar a gestão, a política de preço, o que for, da inteira responsabilidade da Junta, sem que a Câmara se imiscua nessa gestão. ----------
O Sr. Presidente da Junta disse que este programa não vai abranger todas as freguesias. Isso não é verdade. Pode não abranger agora de imediato, mas este programa é para continuar e à medida que as Juntas de Freguesia necessitem de substituir as suas viaturas vão poder aceder a este programa. A minha ideia não é de todo fazer nenhum brilharete, é cumprir um dos compromissos que assumi no meu manifesto autárquico, estava lá prevista esta medida, portanto, "*palavra dada, palavra honrada*". E, sobretudo o que mais me satisfaz é efetivamente dar um contributo para que as Juntas de Freguesia continuem a prestar um serviço de grande importância para os nossos concidadãos. ----------
Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Dr. Agostinho Gaspar, vou fazer de conta que não referiu a pessoa que todos nós mais odiamos atualmente, foi um gracejo... Mas é normal e já aqui foi dito que sempre que há um apoio, nomeadamente na aquisição de viaturas que seja publicitado esses apoio. Vemos todos na estrada carrinhas das IPSS que publicitam o apoio do Fundo Ambiental. É normal. ----------
Aliás, quando nós Câmara Municipal recebemos um apoio, quer seja do Estado, quer seja da União Europeia, temos de o publicitar. Confesso que não temos feito muito isso, quando nós damos os apoios, nomeadamente às Juntas de Freguesia. Nem a ideia aqui é obrigar. Eu acho que todas as Juntas vão colocar logótipo com muito orgulho, com muito prazer. Não vou assinar nenhum contrato com as Juntas em que elas assumam essa

obrigação, portanto isso para mim não é um problema. Acho que é um *fait divers*. Mas acho que faz sentido publicitar o apoio, por isso é que ficou previsto lá, mas se uma Junta se recusar, que eu não acredito, pois veremos. Se o dinheiro está transferido, eu não vou pedir que o devolva. *Os atos ficam com quem os tomam*, não é por aí!...» ----------

--------**Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAR, Coligação Acreditar Lousada:** «Acho que neste programa que no fundo se estabeleceu regras, o Sr. Presidente acabou de dizer que era para continuar, é um programa e provavelmente é possível, não há problema nenhum. Acho que o incremento elétrico era interessante, porque há aqui um problema que sei que a Juntas de Freguesias não descontam o IVA destes carros, não é. E, por isso poderá haver aqui um incremento a estudar, uma verba superior se for elétrico ou não, ponto um. ----------

Ponto dois uma questão que depois numa outra Assembleia qualquer podemos aqui debater é que: Eu posso estar enganado, mas os nossos autocarros andaram perto dos 16 anos, 14 anos, 12 anos. De qualquer forma é preciso depois pensar qual é a estratégia? Estou curioso em relação a isso se valeu a pena ou não.----------

-------- **Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «O que o Sr. Deputado disse sobre as viaturas elétricas faz todo sentido. Mas, na última reunião a minha proposta era ligeiramente diferente daquela que depois foi aprovada, porque tinha dois limiares: Tinha um que era uma percentagem de 15% e depois um valor absoluto. E, na altura, o facto de ter lá uma percentagem levantou dúvidas e até alguma contestação, no caso do Sr. Presidente de Junta da União de Freguesia de Silvares que achava que devia ser apenas um valor absoluto e depois os outros colegas acabaram por concordar. ----------

Mas deixou-se cair a percentagem, podia-se ter deixado cair o valor absoluto e ficava a percentagem. E se ficasse a percentagem em vez do valor absoluto, se a viatura fosse mais cara mais a Junta recebia. Ouvi como fundamento para a contestação que com isso nós estávamos a favorecer aqueles que têm maior capacidade económica para fazer a aquisição de uma viatura mais cara em detrimento daqueles que vão optar por uma solução mais poupadinha. ----------

E, eu calei-me, porque se era essa a vossa vontade que assim seja. Mas logo que acabou a reunião o próprio vereador Dr. Manuel Nunes disse-me que fazia mais sentido a percentagem, sobretudo para as Juntas que pretendam comprar um veículo elétrico. Fazia mais sentido, mas podemos afinar no futuro. Faz sentido até porque o próprio Município tem tido uma política ambiental que passa também pela aquisição de viaturas elétricas. Aliás recebemos esta semana duas viaturas ligeiras, vamos receber mais três. E, por isso, faz sentido também que haja um incentivo adicional, para que as próprias Juntas de Freguesias o possam fazer.» ----------

-------- Efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**----------

-------- No uso da competência prevista na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 34 votos a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia do Torno, no valor de 12.000,00€, para aquisição de viatura de Transporte Escolar.** ----------

7. -------Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Lousada 2022/2025. ----------

--------- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 26 de setembro de 2022, deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do "Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação de Lousada 2022-2025", nos termos previstos e para os efeitos preconizados na alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, conjugado com o n.º 1 da cláusula 6.ª do Protocolo de Cooperação entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Lousada, (... compete à Assembleia Municipal "O PMIND é aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, nos termos previstos no regime jurídico das autarquias locais"). ----------

--------**Intervenção do Membro Municipal, ANA CRISTINA MOREIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «O plano que nos é apresentado é de extrema importância, contudo venho aqui ressalvar de que não nos podemos esquecer de outros planos municipais, que por acaso a Coligação Acreditar Lousada já vem a defender há algum tempo que é: A existência de um Plano Municipal da Juventude e, que mais uma vez não veio a esta Assembleia Municipal a sua apresentação. Mesmo este plano podendo ter custos associados, este plano que também nos é apresentado também poderá ter esses custos. ----------
Portanto as questões da juventude são merecedoras de uma proposta que possa consubstanciar a orientação política em termos de políticas municipais de juventude para os próximos anos. E, é de ressalvar isso.» ------

-------- Efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**----------

--------No uso da competência prevista na alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 34 votos o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Lousada 2022/2025.** ----------

8.--------Relatório de Execução Orçamental e Financeira - 1.º Semestre de 2022, relativo à "Lousada Século XXI – Actividades Desportivas e Recreativas

– E.M. – Sociedade Unipessoal Lda. ----------

--------- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 12 de agosto de 2022, deliberou por unanimidade remeter à Assembleia Municipal de Lousada para conhecimento e apreciação o relatório de Execução Orçamental e Financeira referente 1.º Semestre de 2022 da Lousada Século XXI – Actividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal, Lda, nos termos do art.º 42.º n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015 e do artigo 25º., n.º 2 da alínea a) da Lei nº. 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual. ----------

--------Sem Intervenções. ----------

-------- Efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**----------

--------No uso da competência prevista na alínea a), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada tomou conhecimento e apreciou o Relatório de Execução Orçamental e Financeira - 1.º Semestre de 2022, relativo à "Lousada Século XXI – Actividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal Lda.** -

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não Houve intervenção do público. ----------

------- Faltaram à sessão os seguintes membros Municipais: ----------

- **ARMANDO DA COSTA SILVA**, Presidente da Junta da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). ----------
- **JOSÉ OLIVEIRA NUNES**, Presidente da Junta da União das Freguesias Nespereira e Casais. ----------

-----Não esteve presente nesta sessão o **Sr. Vereador Manuel António da Mota Nunes (Partido Socialista)**. ----------

----------Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que, após ter sido lida, foi aprovada, por unanimidade de 34 votos e que fica apensa a esta ata. ----------

----------A sessão foi dada por encerrada às 23h:57min.----------

Lousada, 29 de setembro e 2022.

A Presidente da Assembleia Municipal
Maria de Lurdes Oliveira e Castro Maria de Lurdes Oliveira e Castro

O 1° Secretário
José Bernardino Pinto Nogueira JOSÉ BERNARDINO PINTO NOGUEIRA

O 2° Secretário
Rúben João Pinto Bessa

Ata aprovada na sessão ordinária de 20/12/2022, por unanimidade dos membros presentes participantes na sessão ordinária de 29/09/2022.